

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	135
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	136
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	138
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	139
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	372.696.198
Preferenciais	210.536.213
Total	583.232.411
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	202.532
Total	202.532

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	43.170.955	36.930.533
1.01	Ativo Circulante	17.976.550	12.150.194
1.01.01	Disponibilidades	291.532	292.384
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.688.314	1.311.857
1.01.02.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	283.994	49.998
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.404.320	1.261.859
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.635.794	629.212
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.651.904	865.122
1.01.06	Operações de Crédito	8.891.559	7.450.339
1.01.06.01	Operações com características de concessão de crédito	9.551.142	8.103.203
1.01.06.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-659.583	-652.864
1.01.08	Outros Créditos	1.649.421	1.484.337
1.01.08.01	Ativo fiscal corrente	152.485	143.240
1.01.08.03	Diversas	1.496.936	1.341.097
1.01.09	Outros Valores e Bens	168.026	116.943
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	10.566	12.301
1.01.09.02	Despesas antecipadas	157.460	104.642
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.438.494	20.177.135
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.098	7.683
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.916.124	11.606.564
1.02.05	Operações de Crédito	7.714.981	5.006.320
1.02.05.01	Operações com características de concessão de crédito	7.806.967	5.103.451
1.02.05.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-91.986	-97.131
1.02.07	Outros Créditos	3.698.011	3.456.287
1.02.07.01	Ativo fiscal corrente	268.668	263.623
1.02.07.02	Ativo fiscal diferido	3.078.489	2.831.807
1.02.07.03	Diversas	350.854	360.857
1.02.08	Outros Valores e Bens	101.280	100.281
1.02.08.01	Despesas antecipadas	101.280	100.281
1.03	Ativo Permanente	4.755.911	4.603.204
1.03.01	Investimentos	4.407.440	4.292.508
1.03.01.01	Dependências no Exterior	271.313	291.310
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.131.562	3.996.633
1.03.01.04	Outros Investimentos	4.565	4.565
1.03.02	Imobilizado de Uso	67.561	65.991
1.03.02.01	Imobilizado de uso	204.559	207.603
1.03.02.02	Depreciação acumulada	-136.998	-141.612
1.03.04	Intangível	280.910	244.705
1.03.04.01	Outros	465.739	396.411
1.03.04.02	Amortização acumulada de ativos intangíveis	-184.829	-151.706

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	43.170.955	36.930.533
2.01	Passivo Circulante	19.952.588	17.822.184
2.01.01	Depósitos	8.541.887	8.372.193
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	8.404.916	5.949.663
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.335.625	1.849.076
2.01.04	Relações Interfinanceiras	267.652	199.820
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	60.441	45.964
2.01.09	Outras Obrigações	1.342.067	1.405.468
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	148.691	64.623
2.01.09.02	Provisões	275.373	191.457
2.01.09.03	Obrigações fiscais	3.099	4.924
2.01.09.04	Diversas	914.904	1.144.464
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	19.379.129	15.245.498
2.02.01	Depósitos	14.971.126	11.855.493
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.216.201	524.300
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	544.513	516.609
2.02.09	Outras Obrigações	2.647.289	2.349.096
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	5.592	709
2.02.09.02	Provisões	764.774	709.413
2.02.09.03	Obrigações fiscais	190.327	100.698
2.02.09.04	Diversas	1.686.596	1.538.276
2.05	Patrimônio Líquido	3.839.238	3.862.851
2.05.01	Capital Social Realizado	3.742.571	3.742.571
2.05.02	Reservas de Capital	8.210	9.562
2.05.02.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	8.210	9.562
2.05.04	Reservas de Lucro	426.765	433.360
2.05.04.01	Legal	132.284	127.287
2.05.04.02	Estatutária	289.049	300.433
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.432	5.640
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-462	-254
2.05.04.07.02	Outras	5.894	5.894
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-338.308	-322.642
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-338.308	-322.642

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.537.206	2.867.174	1.079.044	2.151.041
3.01.01	Operações de crédito	1.196.877	2.217.575	860.836	1.764.111
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	285.320	571.753	179.203	313.821
3.01.03	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	55.009	77.846	39.005	73.109
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.149.542	-2.009.108	-531.378	-1.112.436
3.02.01	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-3.618	379.203	188.499	107.117
3.02.02	Captação no mercado	-909.366	-1.928.305	-527.771	-831.440
3.02.03	Operações de empréstimos, cessões e repasses	-15.993	-29.497	-3.960	-6.424
3.02.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-220.565	-430.509	-188.146	-381.689
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	387.664	858.066	547.666	1.038.605
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-412.101	-882.910	-497.495	-938.397
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	29.430	50.984	20.740	35.531
3.04.02	Despesas de Pessoal	-86.232	-163.947	-64.725	-126.503
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-266.486	-500.000	-259.442	-532.281
3.04.04	Despesas Tributárias	-43.102	-84.961	-37.066	-70.569
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	137.958	235.443	108.435	204.244
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-281.276	-522.055	-254.999	-491.760
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	97.607	101.626	-10.438	42.941
3.05	Resultado Operacional	-24.437	-24.844	50.171	100.208
3.06	Resultado Não Operacional	45	117	-5.979	24.697
3.06.01	Receitas	76	624	5.082	36.473
3.06.02	Despesas	-31	-507	-11.061	-11.776
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-24.392	-24.727	44.192	124.905
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	80.113	144.820	44.272	64.818
3.08.01	Imposto de renda	-9.545	-31.459	34.091	-362
3.08.02	Contribuição social	-7.834	-22.933	28.620	2.143
3.08.03	Ativo fiscal diferido	97.492	199.212	-18.439	63.037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-4.093	-20.159	-23.216	-38.434
3.10.01	Participações	-4.093	-20.159	-23.216	-38.434
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	51.628	99.934	65.248	151.289
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0886	0,1714	0,1118	0,2584

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	51.628	99.934	65.248	151.289
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-24.136	-15.666	-10.083	-111.314
4.02.01	Títulos disponíveis para venda – Próprios	-101.706	-99.815	-10.266	-283.005
4.02.02	Títulos disponíveis para venda – De Controladas (MEP)	30	44	-6	-6
4.02.03	Efeitos tributários - títulos disponíveis para venda	48.369	47.470	4.882	134.590
4.02.04	Hedge de fluxo de caixa	55.624	69.857	-8.950	70.757
4.02.05	Efeitos tributários - hedge de fluxo de caixa	-26.453	-33.222	4.257	-33.650
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.492	84.268	55.165	39.975

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	267.672	269.630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	333.975	623.838
6.01.01.01	Lucro líquido do semestre	99.934	151.289
6.01.01.02	Depreciações	7.679	6.861
6.01.01.03	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	430.509	381.689
6.01.01.04	Amortizações	315	23.473
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-199.212	-63.037
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-101.626	-42.941
6.01.01.08	Amortizações de outros ativos intangíveis	33.123	27.261
6.01.01.09	Variação cambial de captações	1.366	9.741
6.01.01.10	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	-1.352	2.538
6.01.01.11	Amortização de ágio	0	72.521
6.01.01.12	Provisão para causas judiciais	55.121	82.991
6.01.01.13	Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.118	-3.851
6.01.01.14	Resultado na alienação de bens não destinados a uso	0	6.174
6.01.01.15	Resultado não operacional de equivalencia patrimonial	0	-30.871
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-66.303	-354.208
6.01.02.01	Redução (Aumento) em depósitos interfinanceiros	-142.876	-223.309
6.01.02.02	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	-368.443	-2.452.464
6.01.02.03	(Aumento)Redução em relações interfinanceiras e interdependências	-786.782	18.267
6.01.02.04	(Aumento) em operações com características de concessão de crédito	-4.580.390	-701.070
6.01.02.05	(Aumento) em outros créditos	-186.149	-317.157
6.01.02.06	(Aumento) em outros valores e bens	-52.082	-23.273
6.01.02.07	Aumento em depósitos	3.285.327	2.359.570
6.01.02.08	Aumento em captações mercado aberto	2.455.253	2.941.945
6.01.02.09	(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissões de títulos	-73.516	-1.722.081
6.01.02.10	Aumento (Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	42.381	2.218
6.01.02.11	Aumento (Redução) em relações interfinanceiras	67.832	-4.423
6.01.02.12	Aumento em instrumentos financeiros derivativos	125.586	28.683
6.01.02.13	Aumento (Redução) em provisões, obrigações fiscais diferidas e outras obrigações	150.809	-256.742
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.253	-4.372
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-113.577	-64.185
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-12.019	-12.136
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	2.770	7.204
6.02.03	Redução de capital em controlada	50.000	0
6.02.04	Aquisição de participação acionária	-85.000	-7.500
6.02.05	Aquisição de intangível	-69.328	-51.753
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	87.166	-115.986
6.03.01	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	250.600	0
6.03.02	Aquisição de ações de emissão própria	-5.144	-25.774

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.03	Juros sobre o capital próprio pagos	-158.290	-90.212
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-8.117	3.851
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	233.144	93.310
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	342.382	144.905
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	575.526	238.215

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	9.562	0	433.360	0	-322.642	3.862.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	9.562	0	433.360	0	-322.642	3.862.851
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	99.934	0	99.934
5.05	Destinações	0	0	0	-11.531	-99.934	0	-111.465
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-106.500	0	0	-106.500
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	94.969	-99.934	0	-4.965
5.05.03.01	Constituição de reservas	0	0	0	99.934	-99.934	0	0
5.05.03.03	Ações em tesouraria	0	0	0	-4.965	0	0	-4.965
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-15.666	-15.666
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	-15.666	-15.666
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-1.352	0	4.936	0	0	3.584
5.09.01	Planos de pagamento baseado em ações	0	-1.352	0	4.936	0	0	3.584
5.13	Saldo Final	3.742.571	8.210	0	426.765	0	-338.308	3.839.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	151.289	0	151.289
5.05	Destinações	0	0	0	58.838	-151.289	0	-92.451
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-92.451	0	0	-92.451
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	151.289	-151.289	0	0
5.05.03.01	Constituição de reservas	0	0	0	151.289	-151.289	0	0
5.05.03.02	Ações em tesouraria canceladas	0	0	0	36.912	0	0	36.912
5.05.03.03	Ações em tesouraria canceladas	0	0	0	-36.912	0	0	-36.912
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.742.571	5.680	0	457.655	0	-18.842	4.187.064
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	133	0	2.405	0	0	2.538
5.09.01	Planos de pagamento baseado em ações	0	133	0	2.405	0	0	2.538
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-25.774	0	0	-25.774
5.13	Saldo Final	3.742.571	5.813	0	434.286	0	-130.156	4.052.514

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	2.708.144	2.045.600
7.01.01	Intermediação Financeira	2.789.328	2.077.932
7.01.02	Prestação de Serviços	50.984	35.531
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-430.509	-381.689
7.01.04	Outras	298.341	313.826
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	77.846	73.109
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	219.871	204.244
7.01.04.03	Não operacionais	624	36.473
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.085.589	-1.234.283
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-452.139	-392.056
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-51.572	-26.656
7.03.02	Serviços de Terceiros	-70.695	-62.213
7.03.04	Outros	-329.872	-303.187
7.03.04.01	Comunicação	-9.245	-26.549
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-65.997	-71.191
7.03.04.03	Processamento de dados	-92.297	-73.225
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-149.952	-119.596
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-9.886	-9.902
7.03.04.06	Transporte	-2.495	-2.724
7.04	Valor Adicionado Bruto	170.416	419.261
7.05	Retenções	-41.117	-130.116
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.117	-130.116
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	129.299	362.254
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.626	42.941
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.626	42.941
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	230.925	405.195
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	230.925	332.086
7.09.01	Pessoal	184.106	164.937
7.09.01.01	Remuneração Direta	120.265	111.737
7.09.01.02	Benefícios	27.993	23.055
7.09.01.03	F.G.T.S.	35.848	9.410
7.09.01.04	Outros	0	20.735
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-59.859	5.751
7.09.02.01	Federais	-62.699	3.526
7.09.02.02	Estaduais	226	133
7.09.02.03	Municipais	2.614	2.092
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.744	10.109
7.09.03.01	Aluguéis	6.744	10.109
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	99.934	151.289
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.934	151.289

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	40.719.133	34.250.370
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	584.440	407.617
1.01.01	Disponibilidades	300.446	357.619
1.01.02	Aplicações no mercado aberto	283.994	49.998
1.02	Ativos Financeiros	34.054.112	27.906.673
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	2.455.669	2.034.819
1.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos	439.904	394.715
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	2.015.765	1.640.104
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	3.019.883	10.125.495
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	3.019.883	10.125.495
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	28.578.560	15.746.359
1.02.03.01	Aplicação em depósitos interfinanceiros	31.717	38.894
1.02.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.846.059	103.543
1.02.03.03	Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	223.156	167.517
1.02.03.04	Operações de crédito e arrendamento mercantil	20.802.116	15.999.893
1.02.03.05	Devedores diversos	799.023	875.467
1.02.03.06	Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)	-1.825.804	-1.591.076
1.02.03.07	Depósitos compulsórios no Banco Central	702.293	152.121
1.03	Tributos Diferidos	3.235.956	3.349.575
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.736.659	2.862.490
1.03.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	75.849	72.332
1.03.03	Outros impostos e contribuições a recuperar	423.448	414.753
1.04	Outros Ativos	1.441.285	1.201.869
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	10.619	12.314
1.04.03	Outros	1.078.752	823.871
1.04.05	Depósitos judiciais	351.914	365.684
1.05	Investimentos	24.081	44.794
1.05.04	Outros Investimentos	24.081	44.794
1.06	Imobilizado	81.849	82.296
1.06.01	Imobilizado de Uso	81.849	82.296
1.07	Intangível	1.297.410	1.257.546
1.07.01	Intangíveis	1.297.410	1.257.546

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	40.719.133	34.250.370
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	154.283	65.332
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	154.283	65.332
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	33.962.835	28.040.991
2.03.01	Depósitos de clientes	20.153.919	17.211.181
2.03.02	Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.290.269	1.536.250
2.03.03	Obrigações por empréstimos e repasses	604.954	562.573
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	2.324.208	1.937.649
2.03.05	Dívidas e letras financeiras subordinadas	382.801	129.486
2.03.06	Operações compromissadas	8.404.916	5.941.967
2.03.07	Outros passivos financeiros	801.768	721.885
2.04	Provisões	788.542	733.534
2.05	Passivos Fiscais	119.843	136.361
2.05.01	Imposto de renda e contribuição social a recolher	71.507	67.319
2.05.02	Outros impostos e contribuições a recolher	48.336	69.042
2.06	Outros Passivos	1.594.013	1.450.252
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	4.099.617	3.823.900
2.08.01	Capital Social Realizado	3.742.572	3.742.572
2.08.02	Reservas de Capital	8.210	9.562
2.08.02.06	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	8.210	9.562
2.08.04	Reservas de Lucros	521.095	527.690
2.08.04.01	Reserva Legal	521.557	527.944
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-462	-254
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-276.193	-182.847
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	76.333	-296.194
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	27.600	23.117

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.579.760	2.938.100	1.066.054	2.135.446
3.01.01	Receita de juros e rendimentos similares	1.579.760	2.938.100	1.066.054	2.135.446
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-790.334	-1.776.385	-534.875	-795.972
3.02.01	Despesa de juros e rendimentos similares	-790.334	-1.776.385	-534.875	-795.972
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	789.426	1.161.715	531.179	1.339.474
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-867.359	-1.294.390	-457.492	-1.252.935
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	38.987	64.723	25.637	44.490
3.04.02	Despesas de Pessoal	-118.438	-234.690	-108.645	-201.120
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-281.470	-529.445	-238.949	-490.565
3.04.04	Despesas Tributárias	-51.892	-101.024	-42.287	-80.736
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	259.708	815.860	275.199	311.853
3.04.05.01	Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-3.618	379.203	188.499	107.117
3.04.05.02	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	59.746	87.031	40.918	76.194
3.04.05.03	Resultado de participação em coligadas	5.103	6.023	8.919	19.734
3.04.05.04	Outras resultados não operacionais	9.042	18.400	-5.939	22.321
3.04.05.05	Outras receitas operacionais	189.435	325.203	42.802	86.487
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-714.254	-1.309.814	-368.447	-836.857
3.04.06.01	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	-397.792	-725.970	-186.471	-483.305
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	-316.462	-583.844	-181.976	-353.552
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-77.933	-132.675	73.687	86.539
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	77.850	140.753	15.338	56.605
3.06.01	Corrente	-36.709	-68.082	-16.676	-22.585
3.06.02	Diferido	114.559	208.835	32.014	79.190
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-83	8.078	89.025	143.144
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-83	8.078	89.025	143.144
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-699	6.588	88.990	142.642
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	616	1.490	35	502

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-0,004	0,046	0,608	0,974
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,002	0,023	0,304	0,487
3.99.01.01	ON	-0,0012	0,0113	0,1522	0,2436
3.99.01.02	PN	-0,0012	0,0113	0,1522	0,2436
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,002	0,023	0,304	0,487
3.99.02.01	ON	-0,0012	0,0113	0,1522	0,2436
3.99.02.02	PN	-0,0012	0,0113	0,1522	0,2436

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-83	8.078	89.025	143.144
4.02	Outros Resultados Abrangentes	364.057	372.527	-10.083	-111.314
4.02.01	Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	-101.676	-99.771	-10.272	-283.011
4.02.02	Imposto e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes do exercício	48.369	47.470	4.882	134.590
4.02.03	Reclassificação de títulos ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes para ao custo	388.193	388.193	0	0
4.02.04	Hedge de fluxo de caixa	55.624	69.857	-8.950	70.757
4.02.05	Imposto e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	-26.453	-33.222	4.257	-33.650
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	363.974	380.605	78.942	31.830
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	363.358	379.115	78.907	31.328
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	616	1.490	35	502

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.673	410.713
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	624.501	657.660
6.01.01.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	-1.352	2.538
6.01.01.02	Lucro líquido do período atribuível aos controladores	6.588	142.642
6.01.01.03	Resultado de participações em coligadas	-6.023	-19.734
6.01.01.04	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	725.970	483.305
6.01.01.05	Depreciações	9.490	8.668
6.01.01.06	Amortizações	33.846	25.825
6.01.01.07	Variação cambial de captações	1.366	9.741
6.01.01.08	Provisões para contingências	55.008	85.197
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-208.835	-79.190
6.01.01.10	Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.128	-3.855
6.01.01.11	Amortizações de outros ativos intangíveis	315	27.261
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	0	-30.871
6.01.01.14	Resultado na alienação de bens não destinados a uso	0	6.133
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-417.828	-246.947
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	-550.172	-6.803
6.01.02.02	(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-375.661	-113.653
6.01.02.03	Redução (Aumento) em valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	7.478.138	-2.273.232
6.01.02.04	(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-13.007.998	-610.688
6.01.02.05	(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	-12.213	2.831
6.01.02.06	Redução (Aumento) em impostos e contribuições diferidos	334.667	-104.201
6.01.02.07	(Aumento) Redução em ativos não correntes destinados à venda	-3.008	36.236
6.01.02.08	(Aumento) em outros ativos	-193.141	-22.580
6.01.02.09	Aumento (Redução) em depósitos judiciais	13.770	-40.527
6.01.02.10	Aumento (Redução) em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	43.762	-890
6.01.02.11	Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	5.920.478	3.275.057
6.01.02.12	Aumento em imposto de renda e contribuição social corrente	38.463	10.432
6.01.02.13	(Redução) em outros passivos e provisões	-49.932	-375.518
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-54.981	-23.411
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-113.371	-62.597
6.02.01	Redução de capital em controlada	50.000	0
6.02.02	Aquisição de intangível	-69.328	-51.753
6.02.03	Aquisição de participação acionária	-85.000	-11.029
6.02.04	Aquisições de imobilizado de uso	-12.845	-15.546
6.02.05	Alienação de imobilizado de uso	3.802	15.731
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.649	-108.651
6.03.01	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	250.600	0
6.03.02	Aquisição de ações de emissão própria	-5.144	-25.774

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.03	Juros sobre capital próprio pagos	-158.290	-90.212
6.03.04	Aumento (Redução) em participação de acionistas não controladores	4.483	7.335
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-8.128	3.855
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	176.823	243.320
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.617	163.146
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	584.440	406.466

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	9.308	527.944	-182.847	-296.194	3.800.783	23.117	3.823.900
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	9.308	527.944	-182.847	-296.194	3.800.783	23.117	3.823.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.381	-106.500	0	0	-107.881	2.993	-104.888
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-106.500	0	0	-106.500	0	-106.500
5.04.08	Ações em Tesouraria	0	-4.965	0	0	0	-4.965	0	-4.965
5.04.09	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	3.584	0	0	0	3.584	0	3.584
5.04.10	Movimentação da participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	2.993	2.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.588	372.527	379.115	1.490	380.605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.588	0	6.588	1.490	8.078
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	372.527	372.527	0	372.527
5.05.02.06	Reclass de títulos de Ao VJ por meio de ORA para Ao Custo Amortizado	0	0	0	0	388.193	388.193	0	388.193
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-15.666	-15.666	0	-15.666
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	99.934	-99.934	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	99.934	-99.934	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.742.572	7.927	521.378	-276.193	76.333	4.072.017	27.600	4.099.617

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13.676	-129.363	0	0	-115.687	0	-115.687
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-25.774	0	0	0	-25.774	0	-25.774
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-92.451	0	0	-92.451	0	-92.451
5.04.08	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	2.538	0	0	0	2.538	0	2.538
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	36.912	-36.912	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	142.642	-111.314	31.328	502	31.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	142.642	0	142.642	502	143.144
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-111.314	-111.314	0	-111.314
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-111.314	-111.314	0	-111.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-84.148	110.596	-26.448	0	6.834	6.834
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-84.148	110.596	-26.448	0	0	0
5.06.04	Movimentação da participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	6.834	6.834
5.07	Saldos Finais	3.742.572	5.559	293.432	142.642	-130.156	4.054.049	21.356	4.075.405

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	2.881.232	1.912.016
7.01.01	Intermediação Financeira	3.317.303	2.242.563
7.01.02	Prestação de Serviços	64.723	44.490
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-725.970	-483.305
7.01.04	Outras	225.176	108.268
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	87.031	76.194
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	140.296	9.753
7.01.04.03	Não operacionais	-2.151	22.321
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.154.771	-1.072.790
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-470.574	-411.193
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-50.316	-25.134
7.03.02	Serviços de Terceiros	-72.842	-66.339
7.03.04	Outros	-347.416	-319.720
7.03.04.01	Comunicação	-10.467	-27.865
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-68.787	-72.942
7.03.04.03	Processamento de dados	-94.288	-76.139
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-160.589	-129.624
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-10.026	-10.025
7.03.04.06	Transporte	-3.259	-3.125
7.04	Valor Adicionado Bruto	255.887	428.033
7.05	Retenções	-43.651	-61.753
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.651	-61.753
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	212.236	366.280
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.023	19.734
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.023	19.734
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	218.259	386.014
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	218.259	386.014
7.09.01	Pessoal	234.690	201.122
7.09.01.01	Remuneração Direta	129.855	94.064
7.09.01.02	Benefícios	47.466	69.740
7.09.01.03	F.G.T.S.	57.369	37.318
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-39.729	24.130
7.09.02.01	Federais	-44.322	19.868
7.09.02.02	Estaduais	231	137
7.09.02.03	Municipais	4.362	4.125
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.220	17.618
7.09.03.01	Aluguéis	15.220	17.618
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.078	143.144
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.588	142.642
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.490	502

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - IFRS

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do semestre findo em 30 de junho de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

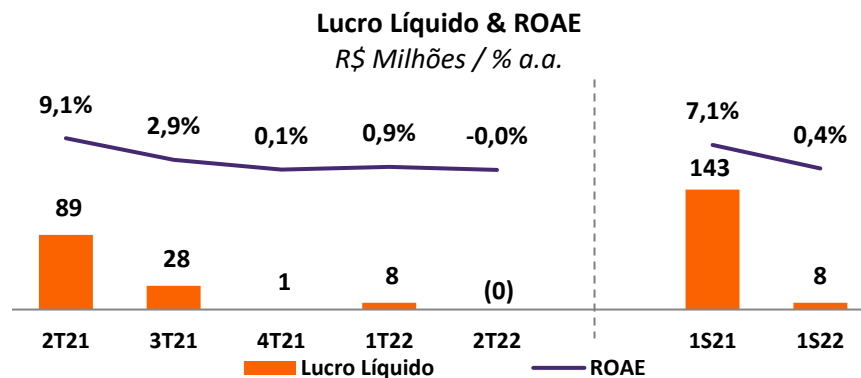
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

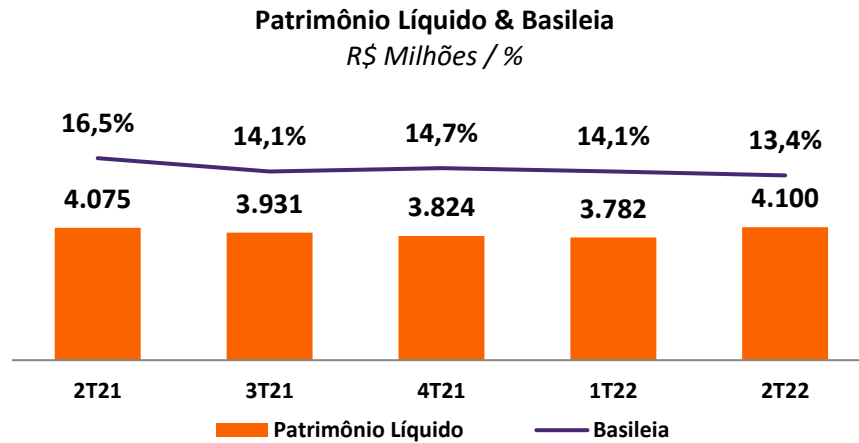
Desempenho Financeiro

O Lucro Líquido no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 8 milhões, comparado a R\$ 143 milhões em igual período de 2021, redução de 94,4%. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 0,4% ao ano no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022.

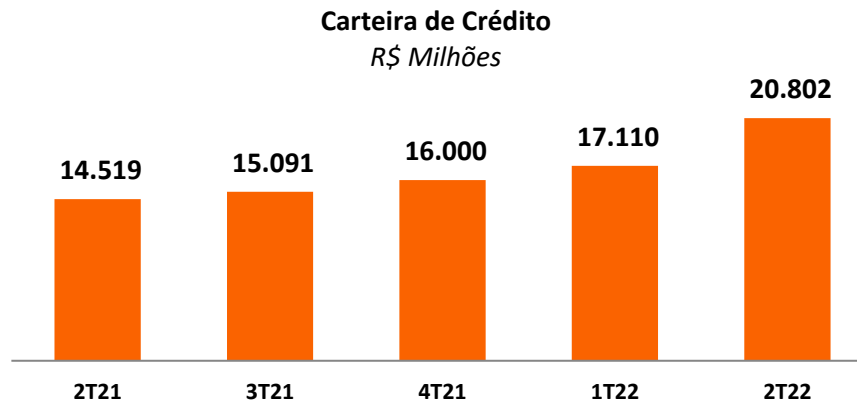


O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2022 atingiu o valor de R\$ 4.100 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,4%. Em junho de 2022, realizamos a emissão privada de R\$ 251 milhões de Letras Financeiras Subordinadas pelos prazos de 10 e 12 anos junto ao mercado institucional. As Letras são elegíveis para composição de Basileia e estão refletidas no Capital Nível II. O Bmg tem como estratégia maximizar o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo em vista o seu benefício fiscal. A provisão de JCP no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de 106,5 milhões.

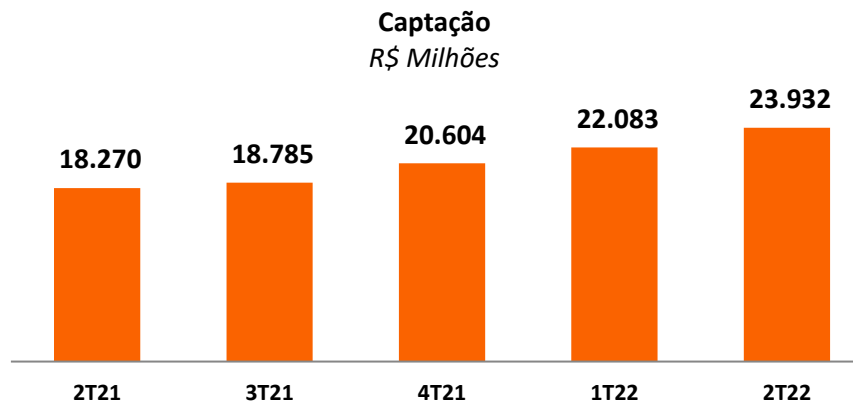
Comentário do Desempenho



A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de junho de 2022 com saldo de R\$20.802 milhões, representando um aumento de 43,3% em comparação ao mesmo período de 2021.



A captação total consolidada encerrou 30 de junho de 2022 com saldo de R\$23.932 milhões, representando um aumento de 31,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 83,0% do *funding*.



Comentário do Desempenho

Em janeiro 2022, após a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição de 50% da AF Controle S.A., *holding* que detém a participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda). Em junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50 milhões.

Princípios ASG

No Bmg, existe a crença genuína de que só é possível prosperar nos negócios por meio da construção de uma economia próspera, da atuação ética e do desenvolvimento socioambiental. Por isso, o Banco incorporou os princípios de ASG no seu jeito de fazer negócio. Em 2022, demonstrando o caráter estratégico e o compromisso da Diretoria e do Conselho de Administração com o tema, foi criada a Gerência Executiva de ASG, bem como o Plano ASG 2022 a 2024, com estratégia integrada e alinhada ao negócio. O Plano está focado em 4 frentes: equidade social, diversidade e inclusão, zelo ao meio ambiente e ética e integridade. Entre as ações previstas para 2022 destacam-se: criação do Instituto centralizando as ações sociais, programa de desenvolvimento de carreira para mulheres, programa de estágio focado em inclusão social e diversidade e contratação de pessoas com mais de 60 anos no atendimento online aos clientes, dando oportunidade para esse público ainda marginalizado no mercado de trabalho. Ter agenda clara e eficiente de ASG totalmente alinhada ao negócio é um dos principais objetivos do Bmg neste e nos próximos anos. O Banco sabe que uma organização forte em ASG é mais eficiente, responsável e sustentável e isso que permite ao Bmg crescer e prosperar no longo prazo.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 38% é composto por membros independentes, incluindo a vice-presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto exclusivamente por membros independentes, (ii) com outros 4 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no período findo em 30 de junho de 2022, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 11 de agosto de 2022.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BRGAAP

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

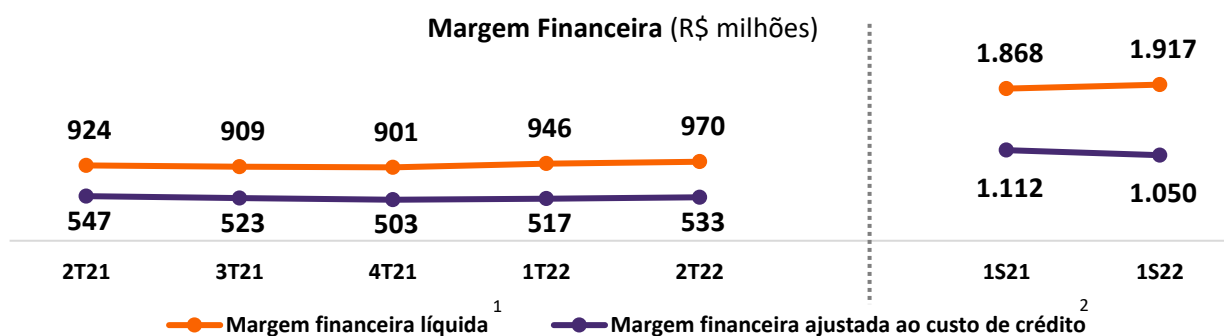
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

A margem financeira totalizou R\$ 1.917 milhões no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, representando um aumento de 2,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 2T22, a margem foi de R\$ 970 milhões, aumento de 2,5% em relação ao 1T22. Já a margem financeira ajustada ao custo do crédito (despesas de provisão líquida e de comissão) totalizou R\$ 1.050 milhões no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, representando uma redução de 5,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 2T22, a margem ajustada foi de R\$ 533 milhões, aumento de 3,1% em relação ao 1T22. A margem financeira vinha apresentando compressão nos últimos trimestres, inicialmente pela redução na taxa média da carteira devido ao mix de produtos, e mais recentemente pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros. A margem nominal voltou a apresentar crescimento devido ao forte aumento da carteira de crédito e a reprecificação da carteira de cartão crédito INSS elegível com o aumento da taxa máxima de juros para 3,06% ao mês ocorrida em janeiro de 2022.

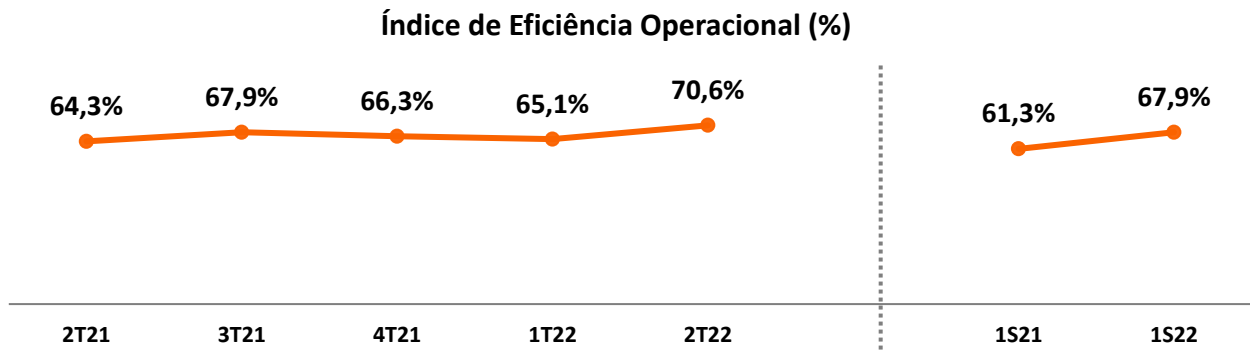


1 - Margem financeira de juros + receitas de prestação de serviços.

2 - Margem financeira de juros após despesa de provisão líquida de recuperação e despesas de comissões de agentes + receitas de prestação de serviços. Com base no resultado recorrente.

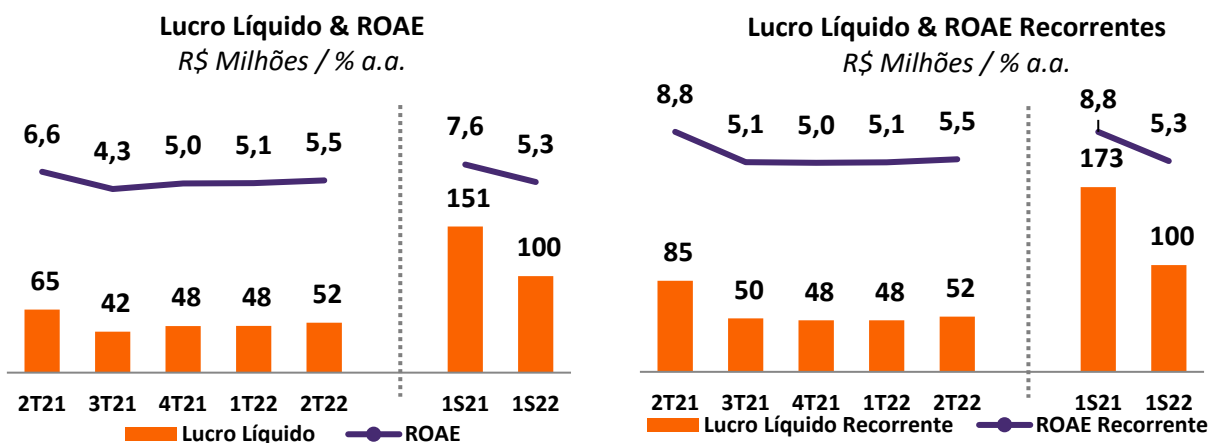
Comentário do Desempenho

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, o índice de eficiência foi de 67,9%, aumento de 6,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. No 2T22 o índice atingiu 70,6%, um aumento de 5,5 p.p. em relação ao 1T22. Como parte do processo de modernização para transformação do Banco e implantação da estratégia FIGITAL, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e em novos produtos. Com isso, o Banco oxigenou seu quadro de colaboradores e investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos. Nesse trimestre, o aumento das despesas também está associado ao forte aumento na originação de crédito.



Metodologia de cálculo: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas (não considera amortização do ágio) + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Resultado da Intermediação financeira antes da PDD + Receitas de Prestação de Serviços + Despesas Tributárias)

O Lucro Líquido no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 100 milhões, redução de 33,9% quando comparado a igual período de 2021. No 2T22, o lucro líquido foi de R\$ 48 milhões, aumento de 6,9% em relação ao 1T22. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 5,3% ao ano no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022. O Lucro Líquido Recorrente e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Recorrente (ROAE Recorrente), foram iguais aos indicadores contábeis no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022.



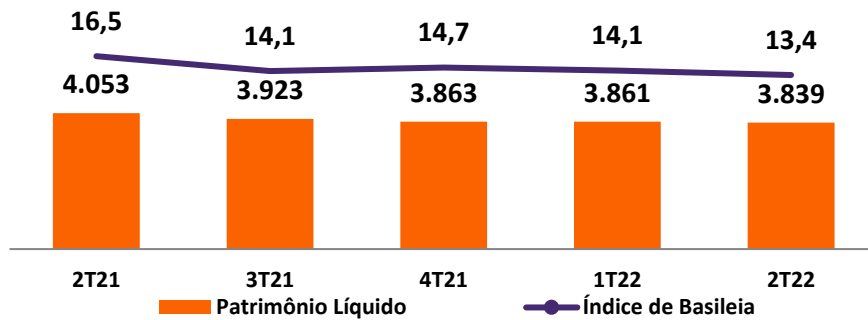
O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2022 atingiu o valor de R\$ 3.839 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,4%. Em junho de 2022, realizamos a emissão privada de R\$ 251 milhões de Letras Financeiras Subordinadas pelos prazos de 10 e

Comentário do Desempenho

12 anos junto ao mercado institucional. As Letras são elegíveis para composição de Basileia e estão refletidas no Capital Nível II. O Bmg tem como estratégia maximizar o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo em vista o seu benefício fiscal. A provisão de JCP no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 106,5 milhões.

Patrimônio Líquido & Índice de Basileia

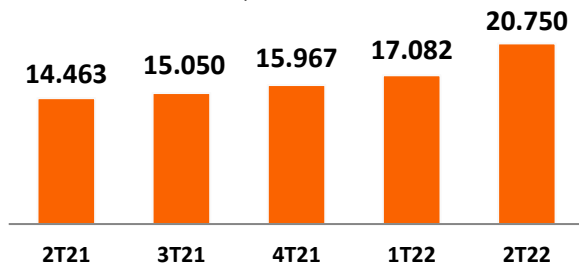
R\$ Milhões / %



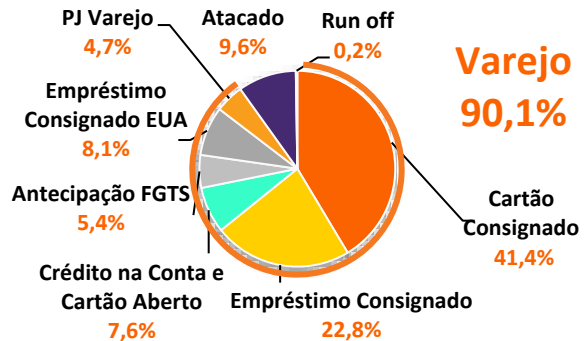
A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de junho de 2022 com saldo de R\$20.750 milhões, representando um aumento de 43,5% em comparação ao mesmo período de 2021. No segundo trimestre de 2022, o crescimento foi impulsionado principalmente pelos produtos de consignação.

Carteira de Crédito

R\$ Milhões

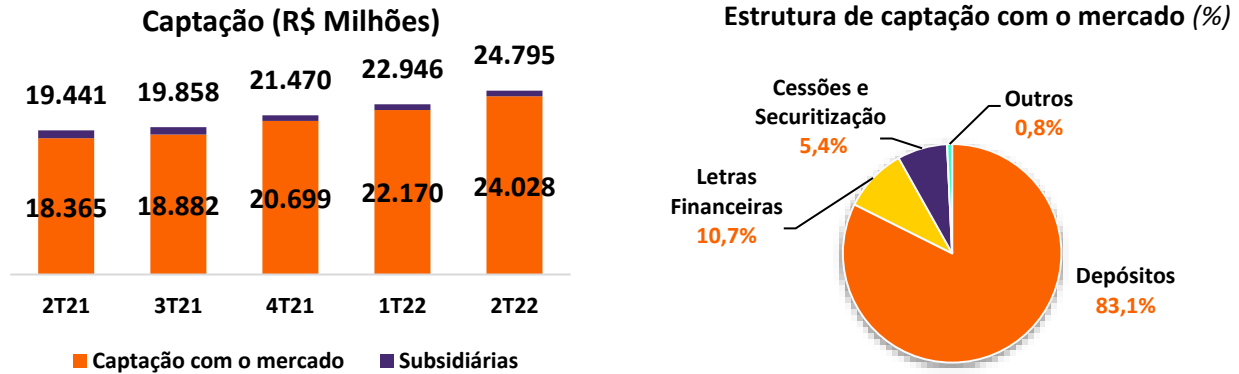


Distribuição da Carteira (%)



A captação total consolidada encerrou o 30 de junho de 2022 com saldo de R\$24.795 milhões, representando um aumento de 27,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando apenas a captação com o mercado (não inclui depósitos e letras oriundos das subsidiárias), a captação encerrou 30 de junho de 2022 com saldo de R\$24.028 milhões, representando um aumento de 30,8% em comparação a igual período de 2021.

Comentário do Desempenho



Em 30 de junho de 2022, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$1.075 milhões. Em janeiro 2022, após a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição de 50% da AF Controle S.A., *holding* que detém a participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda). Em junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50 milhões.

Princípios ASG

No Bmg, existe a crença genuína de que só é possível prosperar nos negócios por meio da construção de uma economia próspera, da atuação ética e do desenvolvimento socioambiental. Por isso, o Banco incorporou os princípios de ASG no seu jeito de fazer negócio. Em 2022, demonstrando o caráter estratégico e o compromisso da Diretoria e do Conselho de Administração com o tema, foi criada a Gerência Executiva de ASG, bem como o Plano ASG 2022 a 2024, com estratégia integrada e alinhada ao negócio. O Plano está focado em 4 frentes: equidade social, diversidade e inclusão, zelo ao meio ambiente e ética e integridade. Entre as ações previstas para 2022 destacam-se: criação do Instituto centralizando as ações sociais, programa de desenvolvimento de carreira para mulheres, programa de estágio focado em inclusão social e diversidade e contratação de pessoas com mais de 60 anos no atendimento online aos clientes, dando oportunidade para esse público ainda marginalizado no mercado de trabalho. Ter agenda clara e eficiente de ASG totalmente alinhada ao negócio é um dos principais objetivos do Bmg neste e nos próximos anos. O Banco sabe que uma organização forte em ASG é mais eficiente, responsável e sustentável e isso que permite ao Bmg crescer e prosperar no longo prazo.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 38% é composto por membros independentes, incluindo a vice-presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto exclusivamente por membros independentes, (ii) com outros 4 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Comentário do Desempenho

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Regulação

BACEN Circular nº 3.068/01 – O Bmg possui R\$7.846 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e declara possuir capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 11 de agosto de 2022.

Notas Explicativas



Informações trimestrais individuais e consolidadas em Bacen GAAP em 30 de junho de 2022 e Relatório sobre as demonstrações financeira

Os quadros das Informações trimestrais Individuais, são apresentados com base nas informações do Banco Bmg (individual)

Notas Explicativas



1. Contexto operacional

As operações do Banco BMG S.A. ("Bmg" ou "Banco") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro Bmg. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Banco Bmg S.A. ("Bmg" ou "Banco"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil., possui atualmente 11,0 milhões de clientes, oferecendo ao varejo: cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito pessoal e seguros massificados via parceria. Adicionalmente, oferece aos clientes de varejo uma gama completa de produtos e serviços em seu banco digital. Aos clientes de atacado oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados, instrumentos derivativos e seguro garantia. Adicionalmente, o Bmg disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos.

Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de ofício de 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Conforme Resolução BCB nº 2/20 as demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras individuais, bem com as demonstrações consolidadas do grupo de empresas integrantes do conglomerado financeiro, Banco Bmg S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd., e as controladas do ramo financeiro, BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Banco Cifra S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Banco BCV S.A. (nota 2.2 t).

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

2. Apresentação das informações trimestrais e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco Bmg observa o disposto na Resolução CMN 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Em março de 2022 as transações de pagamentos adquiridas de instituições financeiras foram contabilmente reclassificadas da rubrica de "Operações com características de concessão de crédito" para "Relações interfinanceiras", para melhor entendimento e comparabilidade entre os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, reclassificamos, gerencialmente, os valores referentes a dezembro de 2021, conforme abaixo:

Conglomerado Financeiro e Banco		
Ativo	De	Para
Operações com características de concessão de crédito	668.046	
Relações interfinanceiras		668.046

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 11/08/2022.

Notas Explicativas



O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 41 (R1) – Resultado por Ação.

Resolução CMN nº 4.967/21 - Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.

Resolução CMN nº 4.877/20 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Alguns números inclusos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Bmg e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior, (Nota 11) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes. Adicionalmente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o Conglomerado divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes, evidenciando a natureza e os efeitos apurados no período (Vide nota 28 (c)), considera-se resultados não recorrentes aqueles não relacionados ou relacionados ocasionalmente com as atividades da instituição e que não tenham previsão de frequência futura.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Notas Explicativas



(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Variação do ajuste a valor de mercado”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

A administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais, em junho de 2022 o Banco reclassificou “títulos disponíveis para venda” para “títulos mantidos até o vencimento”. Além disso, no caso da transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. O Banco não realizou transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais no período findo em 30 de junho de 2022.

(iv) A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de *hedge* de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

De acordo com a Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013, o Bmg possui procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros, observando os critérios de

Notas Explicativas



prudência, relevância e confiabilidade, incluindo, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

(g) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Conforme definido no Cosif, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do período.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira. Adicionalmente, a Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes da aplicação de modelos regulatórios e, conforme sua experiência e condição de crédito de determinados clientes pode definir a constituição de provisão adicional para estes clientes.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1 de março e 30 de setembro de 2020 em função da pandemia da Covid 19 (Vide nota 28) para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

(h) Cessão de crédito

A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos em que existe retenção substancial dos riscos e benefícios pelo Bmg permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(i) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(j) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(k) Investimentos

Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 11) nas demonstrações individuais. Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes.

Notas Explicativas



(l) Imobilizado de uso

Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Conglomerado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(m) Intangível

São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio* ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. Ágio

O *ágio* é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O *ágio* originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras individuais. Para as investidas que são consolidadas o *ágio* é classificado em "Ativos Intangíveis". Já o *ágio* originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses *ágios* são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 13), como requerem as normas do Banco Central do Brasil, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(n) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Perdas são reconhecidas no resultado do período e caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(o) Passivos de curto e longo prazo

A segregação entre curto e longo prazo é apresentada em notas explicativas, demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas Explicativas



(p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda e 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 20% a partir de janeiro 2022.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(q) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$5,2249 (em 31/12/2021 – US\$ 1,00 = R\$5,5805).

(r) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outros tributos vincendos.

Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 18).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (vide Nota 18).

(s) Plano de remuneração - Administradores

O Banco possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Conglomerado Bmg, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, “Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco como

Notas Explicativas



um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis. Em 29 de abril de 2022, a reforma do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Banco.

(t) Princípios de consolidação - Conglomerado Financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do consolidado do Conglomerado Financeiro e estão sendo apresentadas em consonância ao disposto no art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/21. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas estão apresentados na nota de "Intangível" Nota 13.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda funcional é o real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

(u) Consolidação

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 das empresas que compõem o conglomerado financeiro:

Ativo	Banco Bmg	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	BMG S.A. DTVM	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
								2022	2021
Disponibilidades	291.532	74	1.388	368	534	2.783	2.794	293.885	349.675
Aplicações interfinanceiras de liquidez	283.994							283.994	49.998
Instrumentos Financeiros	30.570.876	923.943	1.566.102	680.392	1.135.946	7.343	4.103.147	30.781.455	26.138.250
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.412.418	923.943	0	680.392	1.108.116	7.343	4.103.146	29.066	38.894
Títulos e valores mobiliários e derivativos	12.551.918		9.414		27.830		1	12.589.161	12.262.124
Operações de crédito	16.606.540		1.556.688					18.163.228	13.837.232
Relações interfinanceiras	1.651.904		2	4	206			1.652.116	865.334
Outros créditos	5.347.432	36.619	87.956	146.212	238.890	2.294	50.142	5.809.261	5.454.016
Outros valores e bens	269.306	106	1		477	2.174		272.064	217.408
Permanente	4.755.911						3.327.819	1.428.092	1.323.857
Total do Ativo	43.170.955	960.742	1.655.449	826.976	1.376.053	14.594	7.483.902	40.520.867	34.398.538

Notas Explicativas



Passivo e patrimônio líquido	Banco Bmg	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	BMG S.A. DTVM	Eliminações	Conglomerado Financeiro		
								2022	2021	
Depósitos e demais instrumentos financeiros	35.228.992		1.383.915					4.105.939	32.506.968	26.583.437
Depósitos	23.513.013		1.383.915					4.105.939	20.790.989	17.640.189
Captações no mercado aberto	8.404.916								8.404.916	5.941.967
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.551.826								2.551.826	2.373.376
Obrigações por empréstimos e repasses	604.954								604.954	562.573
Instrumentos financeiros derivativos	154.283								154.283	65.332
Relações interfinanceiras	267.652		3	55	20	0	1	267.729	199.895	199.895
Provisões	1.040.147	15.932	218	330	116	71		1.056.814	917.225	917.225
Obrigações fiscais	193.426	21.102		12.617	20.944	29		248.118	152.392	152.392
Outras obrigações	2.601.500	17.847		11.946	20.266	494	50.144	2.601.909	2.682.650	2.682.650
Patrimônio Líquido administrado pela controladora	3.839.238	905.861	271.313	802.028	1.334.707	14.000	3.327.818	3.839.329	3.862.939	3.862.939
Participação de acionistas não controladores								91	88	88
Patrimônio Líquido	3.839.238	905.861	271.313	802.028	1.334.707	14.000	3.327.909	3.839.238	3.862.851	3.862.851
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	43.170.955	960.742	1.655.449	826.976	1.376.053	14.594	7.483.902	40.520.867	34.398.538	34.398.538

Notas Explicativas



3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização

a) Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização

Conforme Resolução CMN nº 4.958/21 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requerimentos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2022	2021
Patrimônio de referência nível I	2.507.888	2.624.984
Capital Principal	2.397.582	2.515.851
– Patrimônio líquido (i)	4.015.622	4.067.124
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.618.040)	(1.551.273)
Capital complementar (ii)	110.306	109.133
– Letras financeiras subordinadas	110.306	109.133
Patrimônio de referência nível II (ii)	272.495	20.353
– Letras financeiras subordinadas	272.495	20.353
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	2.780.383	2.645.337
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	20.691.245	18.043.171
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	19.201.926	16.841.914
– Risco de mercado	151.725	102.150
– Risco operacional	1.337.594	1.099.107
Índice de solvabilidade (a / b)	13,44%	14,66%
Capital nível I	12,12%	14,55%
– Capital principal	11,59%	13,94%
– Capital complementar	0,53%	0,61%
Capital nível II	1,32%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela "IRRBB"	248.303	254.055
Índice de imobilização	41,45%	40,98%
Folga de imobilização	237.757	238.573

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 17(c).

Notas Explicativas



4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e saldos em bancos	293.885	349.675	291.532	292.384
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	283.994	49.998	283.994	49.998
Total	577.879	399.673	575.526	342.382

(i) inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O saldo de aplicações interfinanceiras considerado como caixa e equivalentes de caixa está apresentado também na Nota 5.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos interfinanceiros

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Posição bancada				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	14.997		14.997	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	268.997	49.998	268.997	49.998
Aplicações no mercado aberto	283.994	49.998	283.994	49.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.066	38.894	1.412.418	1.269.542
Total	313.060	88.892	1.696.412	1.319.540
Circulante	304.962	81.209	1.688.314	1.311.857
Não circulante	8.098	7.683	8.098	7.683

Notas Explicativas



6. Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Títulos de renda fixa				
Livres				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	498.580	100.047	473.401	68.516
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	246.355	285.213	246.355	285.213
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.854.535	3.396.014	1.854.535	3.396.014
Títulos Privados				
- Ações de companhias fechadas	20.564		20.564	
- Debêntures	339.708	998.528	339.708	998.528
- Certificado de recebíveis imobiliários	71.649	116.504	71.649	116.504
- Certificado de recebíveis do agronegócio	24.693		24.693	
- Cotas de fundos de investimento	190.918	142.783	190.918	142.783
- Títulos no exterior	9.414			
Vinculados a operações compromissadas				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	589.000	919.699	589.000	927.395
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	544.504	481.394	544.504	481.394
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.258.064	4.187.608	6.258.064	4.187.608
Títulos Privados				
- Debêntures	912.504	438.242	912.504	438.242
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	391.193	488.539	388.543	486.026
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	187.594	273.534	187.594	273.534
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	9.982	39.304	9.982	39.304
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Títulos Privados				
- Swap a receber	298.654	288.831	298.654	288.831
- Compras a Termo	141.250	105.884	141.250	105.884
Total	12.589.161	12.262.124	12.551.918	12.235.776
Circulante	3.636.054	2.228.556	3.635.794	12.235.776
Não circulante	8.953.107	10.033.568	8.916.124	12.235.776

(i) Vide informações sobre instrumentos financeiros derivativos na Nota 7.

Notas Explicativas



(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Conglomerado Financeiro						
Descrição	Valor pela curva Custo amortizado		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Títulos/Vencimentos						
Títulos para negociação	2.084.517	1.664.319	2.015.765	1.599.131	(68.752)	(65.188)
- NTN						
Até 30 dias	2.063.953	1.664.319	1.995.201	1.599.131	(68.752)	(65.188)
- Ações de companhias fechadas						
Até 30 dias	20.564		20.564			
Títulos disponíveis para venda (i)	3.020.187	10.901.384	3.027.659	10.268.278	7.472	(633.106)
- LFT						
De 31 a 60 dias		109.022		109.014		(8)
De 61 a 90 dias	182.344		182.340		(4)	
De 181 a 360 dias	62.490	172.949	62.485	172.914	(5)	(35)
Acima de 360 dias	1.237.249	1.232.203	1.233.948	1.226.357	(3.301)	(5.846)
- LTN						
Até 30 dias		79.370		79.353		(17)
Acima de 360 dias		1.041.707		960.788		(80.919)
- NTN						
Acima de 360 dias		6.578.761		6.023.795		(554.966)
- Debêntures						
De 61 a 90 dias	7.313		7.335		22	
De 181 a 360 dias		21.817		22.008		191
Acima de 360 dias	1.240.098	1.407.673	1.244.877	1.414.762	4.779	7.089
- Títulos no exterior						
Acima de 360 dias	9.414		9.414			
- Certificado de recebíveis do agronegócio						
Acima de 360 dias	24.237		24.693		456	
- Certificado de recebíveis imobiliários						
De 181 a 360 dias	29.069		34.201		5.132	
Acima de 360 dias	37.055	115.099	37.448	116.504	393	1.405
- Cotas de fundos de investimentos						
Indeterminado	190.918	142.783	190.918	142.783		
Ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido remanescente de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)			(740.226)		(740.226)	
- LTN						
Até 30 dias			(5.270)		(5.270)	
De 31 a 60 dias			(5.447)		(5.447)	
De 61 a 90 dias			(5.271)		(5.271)	
De 91 a 180 dias			(16.164)		(16.164)	
De 181 a 360 dias			(27.388)		(27.388)	
Acima 360 dias			(37.271)		(37.271)	
- NTN						
Até 30 dias			(21.656)		(21.656)	
De 31 a 60 dias			(22.377)		(22.377)	
De 61 a 90 dias			(21.656)		(21.656)	
De 91 a 180 dias			(66.410)		(66.410)	
De 181 a 360 dias			(122.350)		(122.350)	
Acima 360 dias			(388.966)		(388.966)	
Montante de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)	7.846.059		7.846.059			
- LTN						
De 181 a 360 dias	59.876		59.876			
Acima 360 dias	1.015.388		1.015.388			
- NTN						
De 181 a 360 dias	1.187.746		1.187.746			
Acima 360 dias	5.583.049		5.583.049			
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"			439.904	394.715		
Até 30 dias			38.436	3.459		
De 31 a 60 dias			156.862	40.023		
De 61 a 90 dias			18.583	10.547		
De 91 a 180 dias			23.702	51.808		
De 181 a 360 dias			162.712	140.299		
Acima 360 dias			39.609	148.579		
Total geral	12.950.763	12.565.703	12.589.161	12.262.124	(801.506)	(698.294)
Total contábil			12.589.161	12.262.124	(801.506)	(698.294)
Circulante			3.636.054	2.228.556	(377.596)	(65.057)
Não circulante			8.953.107	10.033.568	(423.910)	(633.237)

Notas Explicativas



Banco						
Descrição	Valor pela curva Custo amortizado		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Títulos/Vencimentos						
Títulos para negociação	2.084.517	1.664.319	2.015.765	1.599.131	(68.752)	(65.188)
- NTN						
Até 30 dias	2.063.953	1.664.319	1.995.201	1.599.131	(68.752)	(65.188)
- Ações de companhias fechadas						
Até 30 dias	20.564		20.564			
Títulos disponíveis para venda (i)	2.983.083	10.875.009	2.990.416	10.241.930	7.333	(633.079)
- LFT						
De 31 a 60 dias		109.022		109.014		(8)
De 61 a 90 dias	182.085		182.080		(5)	
De 181 a 360 dias	62.490	172.736	62.485	172.701	(5)	(35)
Acima de 360 dias	1.209.818	1.206.041	1.206.379	1.200.222	(3.439)	(5.819)
- LTN						
Até 30 dias		79.370		79.353		(17)
De 61 a 90 dias	7.313		7.335		22	
Acima de 360 dias	1.240.098	1.041.707	1.244.877	960.788	4.779	(80.919)
- NTN						
Acima de 360 dias		6.578.761		6.023.795		(554.966)
- Debêntures						
De 61 a 90 dias						
De 181 a 360 dias		21.817		22.008		191
Acima de 360 dias		1.407.673		1.414.762		7.089
- Certificado de recebíveis do agronegócio						
Acima de 360 dias	24.237		24.693		456	
- Certificado de recebíveis imobiliários						
De 181 a 360 dias	29.069		34.201		5.132	
Acima de 360 dias	37.055	115.099	37.448	116.504	393	1.405
- Cotas de fundos de investimentos						
Indeterminado	190.918	142.783	190.918	142.783		
Ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido remanescente de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)			(740.226)		(740.226)	
- LTN						
Até 30 dias			(5.270)		(5.270)	
De 31 a 60 dias			(5.447)		(5.447)	
De 61 a 90 dias			(5.271)		(5.271)	
De 91 a 180 dias			(16.164)		(16.164)	
De 181 a 360 dias			(27.388)		(27.388)	
Acima 360 dias			(37.271)		(37.271)	
- NTN						
Até 30 dias			(21.656)		(21.656)	
De 31 a 60 dias			(22.377)		(22.377)	
De 61 a 90 dias			(21.656)		(21.656)	
De 91 a 180 dias			(66.410)		(66.410)	
De 181 a 360 dias			(122.350)		(122.350)	
Acima 360 dias			(388.966)		(388.966)	
Montante de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)	7.846.059		7.846.059			
- LTN						
De 181 a 360 dias	59.876		59.876			
Acima de 360 dias	1.015.388		1.015.388			
- NTN						
De 181 a 360 dias	1.187.746		1.187.746			
Acima de 360 dias	5.583.049		5.583.049			
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"			439.904	394.715		
Até 30 dias			38.436	3.459		
De 31 a 60 dias			156.862	40.023		
De 61 a 90 dias			18.583	10.547		
De 91 a 180 dias			23.702	51.808		
De 181 a 360 dias			162.712	140.299		
Acima 360 dias			39.609	148.579		
Total geral	12.913.659	12.539.328	12.551.918	12.235.776	(801.645)	(698.267)
Total contábil			12.551.918	12.235.776	(801.645)	(698.267)
Circulante			3.635.794	2.228.343	(377.597)	(65.057)
Não circulante			8.916.124	10.007.433	(424.048)	(633.210)

- (i) Para proteger o patrimônio líquido da variação do ajuste a valor de mercado, em junho de 2022 o Banco Bmg reclassificou "títulos disponíveis para venda" para "títulos mantidos até o vencimento", nos termos Circular nº 3.068/01 (nota 2.2 (e)). O ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido será realizado em função do prazo remanescente até o vencimento, sem gerar impacto no resultado.

Notas Explicativas



7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swaps*, contratos de futuro e termo) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Classificação por prazo de vencimento:

Descrição	Conglomerado Financeiro e Banco						Total
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Contratos de Swap, opções e termo							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	38.436	17.570	18.583	23.702	40.605	2.936	141.832
Juros		969				1.822	2.791
Índices		138.323			122.107	34.851	295.281
Total – 2022	38.436	156.862	18.583	23.702	162.712	39.609	439.904
						148.57	
Total – 2021	3.459	40.023	10.547	51.808	140.299	9	394.715
Contratos de Swap:							
Posição passiva							
	(41.717)	(24.180)		(39.297)	(34.769)		(153.784)
Moeda estrangeira	)	)	(8.728)	)	)	(5.093)	)
Juros						(499)	(499)
	(41.717)	(24.180)		(39.297)	(34.769)		(154.283)
Total – 2022	)	)	(8.728)	)	)	(5.592)	)
			(41.448)		(10.283)		
Total – 2021	(3.098)	(4.170)	)	(5.624)	)	(709)	(65.332)

Notas Explicativas



(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Conglomerado Financeiro e Banco			
Swap, opções e termo	Valor de referência	Valor pela curva – Custo Amortizável	Valor de mercado
Dólar x CDI	10.903	42	42
Dólar x Pré	448.358		98.318
CDI x Dólar	45.715	621	2.544
CDI x Pré	5.000	174	247
IPCA x CDI	895.500	105.466	295.282
Pré x Real	22.695		6.464
Pré x Dólar	225.890	519	37.007
Posição ativa – 2022	1.654.061	106.822	439.904
Posição ativa – 2021	1.958.370	135.810	394.715
Dólar x Dólar			(2.718)
Dólar x Pré	128.161	(428)	(31.888)
CDI x Dólar		(499)	(4.792)
Pré x Real	52.025		(2.628)
Pré x Dólar	464.652		(112.228)
Posição passiva – 2022	644.838	(927)	(154.283)
Posição passiva – 2021	347.052	(30.700)	(65.332)
Exposição – 2022	2.298.899	105.895	285.621
Exposição – 2021	2.305.422	105.110	329.383

As transações de swap foram marcadas a mercado, considerando as cotações obtidas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Conglomerado Financeiro e Banco			
Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	2.792		4.827.529
Futuro de cupom de cambial (DDI)		(8.576)	2.017.184
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(20.195)	7.597.719
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(3.676)	2.816.935
Futuro de boi gordo (BGI)		(41)	54.681
Posição – 2022	2.792	(32.488)	17.314.048
Posição – 2021	62.828	(3.939)	10.795.614

Notas Explicativas



(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a *hedge*:

(i) *Hedge* de Fluxo de Caixa

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$4.112.211 (2021 – R\$1.533.324). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$36.635 (2021 – devedor de R\$14.052), líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) *Hedge* de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de *hedge* de Risco de Mercado, assim como os contratos de *swap* Dólar x DI designados como instrumento de *hedge* de Risco de Mercado. Em 30 de junho de 2022 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de *hedge* de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de *hedge* de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*. Em 30 de junho de 2022, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período, no montante de R\$42.364 (2021 – R\$ 10.976).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de *hedge*. Em 30 de junho de 2022 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$7.932.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Notas Explicativas



8. Operações com características de concessão de crédito

(a) Classificação por produto

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Crédito pessoal	14.525.979	10.561.415	12.840.739	9.097.398
CDC – veículos	95	78	95	78
Carteira comercial	2.030.995	1.646.681	2.030.995	1.634.015
Operações de crédito cedidas (i)	2.486.280	2.475.163	2.486.280	2.475.163
Total - operações de crédito	19.043.349	14.683.337	17.358.109	13.206.654
Transações de pagamento	908.409	668.046	908.409	668.046
Carteira de câmbio	40.705	47.127	40.705	47.127
Compras a faturar - Cartões de crédito	757.908	568.853	757.908	568.853
Total – outros	1.707.022	1.284.026	1.707.022	1.284.026
Total - carteira de crédito	20.750.371	15.967.363	19.065.131	14.490.680
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(880.121)	(846.105)	(751.569)	(749.995)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(3.880)	(4.507)	(3.880)	(4.507)
Total	19.866.370	15.116.751	18.309.682	13.736.178
Circulante	10.776.670	8.878.328	10.589.220	8.726.558
Não circulante	9.089.700	6.238.423	7.720.462	5.009.620

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução nº 3.533/08.

(b) Classificação por setor de atividade

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Setor privado:				
Indústria	174.520	145.778	174.520	145.778
Comércio	112.888	108.751	112.888	108.751
Intermediários financeiros	1.026.400	809.715	1.026.400	809.715
Serviços	1.350.850	961.586	1.350.850	961.586
Esportes e recreação	271.755	290.486	271.755	290.486
Habitação	407	660	407	660
Rural	15.954	12.666	15.954	
Pessoas físicas	17.797.597	13.637.721	16.112.357	12.173.704
Total	20.750.371	15.967.363	19.065.131	14.490.680

Notas Explicativas

**(c) Cessões de crédito**

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado conforme prazo remanescente das operações.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco não realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de "com retenção substancial de riscos e benefícios", permanecendo com o total da carteira cedida no montante de R\$2.486.280. No que tange as cessões classificadas na categoria "sem retenção substancial de riscos e benefícios" o Banco realizou operações que totalizam R\$3.153.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas, em 30 de junho de 2022, são como seguem abaixo:

Conglomerado Financeiro e Banco		
Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08	Operações Cedidas	Obrigações assumidas (Nota 17b)
Crédito pessoal consignado:		
Com coobrigação – Valor Presente	2.486.280	1.287.629
Saldo de operações liquidadas a repassar		1.154
Total – 2022	2.486.280	1.288.783
Total – 2021	2.475.163	1.535.321

(d) Composição da carteira de crédito por vencimentos:

Conglomerado Financeiro				
Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	5.153.446	4	623.975	5.777.425
A vencer de 31 a 60 dias	598.176	4	287.624	885.804
A vencer de 61 a 90 dias	443.542	3	210.946	654.491
A vencer de 91 a 180 dias	1.082.865	9	274.959	1.357.833
A vencer de 181 a 360 dias	1.637.338	17	207.399	1.844.754
A vencer após 360 dias	7.823.372	39	1.364.144	9.187.555
Total a vencer	16.738.739	76	2.969.047	19.707.862
Vencidas até 14 dias	38.801	2	290	39.093
Vencidas de 15 a 30 dias	115.626	1	1.146	116.773
Vencidas de 31 a 60 dias	124.858	3	8.879	133.740
Vencidas de 61 a 90 dias	118.739	4	78	118.821
Vencidas de 91 a 180 dias	276.606	4	184	276.794
Vencidas de 181 a 360 dias	356.798	5	485	357.288
Total vencidas	1.031.428	19	11.062	1.042.509
Total da carteira – 2022	17.770.167	95	2.980.109	20.750.371
Total da carteira – 2021	13.605.431	78	2.361.854	15.967.363

Notas Explicativas



Vencimento/Produto				Banco
	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	5.142.413	4	623.975	5.766.392
A vencer de 31 a 60 dias	597.830	4	287.624	885.458
A vencer de 61 a 90 dias	442.947	3	210.946	653.896
A vencer de 91 a 180 dias	1.077.912	9	274.959	1.352.880
A vencer de 181 a 360 dias	1.587.747	17	207.400	1.795.164
A vencer após 360 dias	6.448.229	39	1.364.143	7.812.411
Total a vencer	15.297.078	76	2.969.047	18.266.201
Vencidas até 14 dias	38.801	2	290	39.093
Vencidas de 15 a 30 dias	91.575	1	1.146	92.722
Vencidas de 31 a 60 dias	86.210	3	8.879	95.092
Vencidas de 61 a 90 dias	82.058	4	78	82.140
Vencidas de 91 a 180 dias	222.651	4	184	222.839
Vencidas de 181 a 360 dias	266.554	5	485	267.044
Total vencidas	787.849	19	11.062	798.930
Total da carteira – 2022	16.084.927	95	2.980.109	19.065.131
Total da carteira – 2021	12.141.414	78	2.349.188	14.490.680

(e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado Financeiro

2022						2021	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Provisão adicional para perdas associadas ao risco de crédito	Total provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA	0	908.409				668.046	
A	0,50	18.214.687	91.074	33.125	124.199	13.878.324	69.392
B	1,00	299.634	2.996		2.996	172.181	1.722
C	3,00	168.613	5.058		5.058	228.723	6.861
D	10,00	255.418	25.542		25.542	99.910	9.991
E	30,00	121.223	36.367		36.367	116.025	34.807
F	50,00	135.049	67.524		67.524	112.013	56.007
G	70,00	83.409	58.386		58.386	67.698	47.389
H	100,00	563.929	563.929		563.929	624.443	624.443
Total		20.750.371	850.876	33.125	884.001	15.967.363	850.612

Notas Explicativas



(ii) Banco

			2022			2021	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Provisão adicional para perdas associadas ao risco de crédito	Total provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA	0	908.409				668.046	
A	0,50	16.773.123	83.864	33.125	116.989	12.582.683	62.913
B	1,00	275.486	2.755		2.755	152.705	1.527
C	3,00	129.965	3.899		3.899	203.932	6.117
D	10,00	218.736	21.874		21.874	79.912	7.991
E	30,00	100.750	30.225		30.225	89.036	26.711
F	50,00	117.308	58.654		58.654	97.076	48.538
G	70,00	67.668	47.367		47.367	55.285	38.700
H	100,00	473.686	473.686		473.686	562.005	562.005
Total		19.065.131	722.324	33.125	755.449	14.490.680	754.502

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do semestre	850.612	719.869	754.502	662.668
Constituição de provisão	524.578	425.512	430.509	381.689
(Reversão/baixa de provisão)	(491.189)	(380.957)	(429.562)	(341.229)
Saldo no fim do semestre	884.001	764.424	755.449	703.128
Créditos recuperados	(87.031)	(76.194)	(77.846)	(73.109)
Efeito no resultado (i)	437.547	349.318	352.663	308.560

(i) Refere-se ao valor líquido de constituição de provisão e créditos recuperados.

Notas Explicativas



9. Outros créditos e relações interfinanceiras

(a) Outros créditos

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Ativos fiscais diferidos (i)	3.442.528	3.210.173	3.078.489	2.831.807
Ativos fiscais correntes (ii)	469.956	462.034	421.153	406.863
Carteira de câmbio (Nota 8 (a))	40.705	47.127	40.705	47.127
Variação cambial sobre adiantamento de câmbio	(165)	1.945	(165)	1.945
Devedores por depósitos em garantia (iii)	350.717	364.132	345.409	357.582
Devedores diversos – País	256.774	253.314	163.653	150.153
Baixas sem financeiro (iv)	512.516	485.838	512.516	485.838
(-) Provisões aos valores não recuperáveis (iv)	(46.411)	(46.461)	(46.411)	(46.461)
Valores a receber sociedades ligadas			132	1.992
Compras a faturar - Cartões de crédito (Nota 8(a))	757.908	568.853	757.908	568.853
(-) Provisões outros créditos liquidação duvidosa (Nota 8 (a))	(3.880)	(4.507)	(3.880)	(4.507)
Outros	28.613	111.568	77.923	139.432
Total	5.809.261	5.454.016	5.347.432	4.940.624
Circulante	1.719.702	1.590.826	1.649.421	1.484.337
Não circulante	4.089.559	3.863.190	3.698.011	3.456.287

- (i) Os ativos fiscais diferidos referem-se à créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 25(a).
- (ii) O saldo de ativos fiscais correntes refere-se a tributos a compensar e compreende substancialmente crédito de COFINS no valor de R\$283.060 (2021 - R\$277.804) no Conglomerado Financeiro e R\$268.668 (2021 - R\$263.623) no Banco, em função do trânsito em julgado em 06/04/2009 da Ação Rescisória visando o reconhecimento do seu direito ao recolhimento da COFINS apenas sobre as receitas de serviços, na forma da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei 9.718/98, declarada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 357.950 e recuperação de IR/CSLL referente a decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário no valor de R\$110.968 (2021 - R\$108.677).
- (iii) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e civil (vide Nota 18).
- (iv) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

(b) Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas por R\$908.409 (2021 – R\$668.046) de transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos (nota 8(a)), R\$691.947 (2021 – R\$151.569) de depósitos no Banco Central e R\$51.760 (2021 – R\$45.719) de outros valores no Conglomerado Financeiro e R\$908.409 (2021 – R\$668.046) de transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos (nota 8(a)), R\$691.745 (2021 – R\$151.366) de depósitos no Banco Central e R\$51.750 (2021 – R\$45.710) de outros valores no Banco.

Notas Explicativas



10. Outros valores e bens

(a) Bens não de uso próprio

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	12.168	13.933	12.061	13.819
Provisões para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	(1.549)	(1.624)	(1.549)	(1.624)
Material em estoque	54	106	54	106
Total – Circulante	10.673	12.415	10.566	12.301

(i) Referem-se principalmente a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(b) Despesas antecipadas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Comissões – País (i)	203.428	179.308	203.428	179.308
Outros	57.963	25.685	55.312	25.615
Total	261.391	204.993	258.740	204.923
Circulante	160.111	104.712	157.460	104.642
Não circulante	101.280	100.281	101.280	100.281

(i) Referem-se principalmente a comissão referente a captações.

Notas Explicativas



11. Investimentos

Participações em controladas e coligadas

						Conglomerado Financeiro	
						2022	2021
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do semestre	Resultado de equivalência do semestre	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	14.622	399	319	11.698	11.379
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	958.491.000	99,99%	877.673	38.392	38.388	877.585	889.193
Bmg Soluções Eletrônicas S.A.	7.006.483	99,38%	1.998	20	20	1.986	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	69.196	3.304	3.072	64.346	61.273
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	22.499	(876)	(876)	22.494	23.370
AF Controle S.A.	599.126	50,00%	5.551	5.551	2.776	87.776	
Granito Instituição de Pagamento S.A.	8.568.767	45,00%	19.464	(21.972)	(11.947)	8.759	20.704
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(2.679)	(2.370)
Total					31.752	1.075.056	1.008.596

Notas Explicativas



						Banco	
						2022	2021
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do semestre	Resultado de equivalência e variação cambial do semestre	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo financeiro)							
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.417	100,00%	271.313	(1.435)	(19.998)	271.313	291.310
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	547.997.118	99,99%	913.299	31.313	31.311	905.770	881.897
Banco Cifra S.A.	16.364	100,00%	807.268	22.062	22.062	802.028	785.206
Banco BCV S.A. BMG S.A.	8.196	100,00%	1.343.344	36.365	36.365	1.334.708	1.306.934
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	279.000	100,00%	14.134	134	134	14.000	14.000
(ii) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	14.622	399	319	11.698	11.379
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	958.491.000	99,99%	877.673	38.392	38.388	877.585	889.193
Bmg Soluções Eletrônicas S.A.	7.006.483	99,38%	1.998	20	20	1.986	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	69.196	3.304	3.072	64.346	61.273
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	22.499	(876)	(876)	22.494	23.370
AF Controle S.A.	599.126	50,00%	5.551	5.551	2.776	87.776	
Granito Instituição de Pagamento S.A.	8.568.767	45,00%	19.464	(21.972)	(11.947)	8.759	20.704
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(2.679)	(2.370)
Total					101.626	4.402.875	4.287.943

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7,5 milhões e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco Bmg registrou um resultado não operacional de equivalência patrimonial de R\$30.871 no período findo em 31 de março de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 22 (b)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o

Notas Explicativas



Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("AF Controle S.A."). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, foi concluída a operação prevista no Acordo de Investimentos para aquisição acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda. (respectivamente, "Sociedades" e "Operação"). Com a conclusão da Operação, o Bmg adquiriu 50% do capital social da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária nas Sociedades. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022.

Em 30 de agosto de 2021 e 29 de outubro de 2021 foram efetivadas reduções de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. nos montantes de R\$100.000 e R\$200.000, respectivamente.

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

Em 06 de maio de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da FRP Ieger Software Ltda. ("iCertus"), um software de gestão (ERP) para micro, pequenas e médias empresas. A efetiva conclusão da operação aguarda a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da regulamentação em vigor.

Em 20 de junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50.000.

Notas Explicativas



12. Imobilizado de uso

						Conglomerado Financeiro e Banco				
						Movimentações				
	Taxa Anual (%)	Custo	(Depreciação acumulada)	2022		Saldo Residual em 31.12.2021	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Saldo Residual em 30.06.2022
				Valor líquido	Valor líquido					
Imóveis de uso		16.687	(12.976)	3.711	3.711	3.711				3.711
Terrenos		3.711		3.711	3.711	3.711				3.711
Edificações	4	12.976	(12.976)							
Outras imobilizações de uso		187.872	(124.022)	63.850	62.280	62.280	12.019	(2.770)	(7.679)	63.850
Instalações	10	108.187	(75.916)	32.271	29.978	29.978	7.043	(2.123)	(2.627)	32.271
Móveis e equipamentos de uso	10	9.930	(5.013)	4.917	5.137	5.137	278	(9)	(489)	4.917
Sistema de comunicação	10	2.073	(734)	1.339	1.450	1.450	146	(172)	(85)	1.339
Sistema de processamento de dados	20	59.112	(38.269)	20.843	22.446	22.446	2.200	(2)	(3.801)	20.843
Sistema de transporte	20	8.570	(4.090)	4.480	3.269	3.269	2.352	(464)	(677)	4.480
Imobilizado de uso		204.559	(136.998)	67.561	65.991	65.991	12.019	(2.770)	(7.679)	67.561

13. Intangível

(a) Composição dos ativos intangíveis

			Conglomerado Financeiro e Banco	
			2022	2021
Intangíveis (i)			465.739	396.411
Amortização acumulada			(184.829)	(151.706)
Total			280.910	244.705

(jj) Referem-se a licenças de uso e outros intangíveis, amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

O Conglomerado avalia anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor recuperável do ágio, visando obter a melhor estimativa da Administração sobre seus fluxos de caixa futuros. Conforme estudo realizado na data-base de 30 de junho de 2022, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio no semestre findo em 30 de junho de 2022. O prazo de amortização do ágio foi de 10 anos, cujo amortização se encerrou em agosto de 2021.

Notas Explicativas



O cálculo do valor recuperável do ágio utiliza projeções de fluxo de caixa com premissas em um horizonte de longo prazo, considerando condições de mercado e fatores como taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidades sensibilizadas de 3% a 5%. As projeções de fluxo de caixa, tem como base o orçamento de 10 anos, aprovado pela Administração.

(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Saldo inicial	244.705	182.443
Aquisição de ativos intangíveis	69.328	122.315
(Amortizações de ativos intangíveis)	(33.123)	(60.053)
Total	280.910	244.705

14. Depósito e Captações no mercado aberto - carteira própria**(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
<u>Depósitos à vista</u>	278.485	253.137	280.716	255.585
<u>Depósitos interfinanceiros</u>				
Pós-fixados	131.400	77.605	2.851.193	2.662.654
<u>Depósitos a prazo</u>				
Prefixados	6.915.981	6.197.566	6.915.981	6.197.566
Pós-fixados (i)	13.465.123	11.111.881	13.465.123	11.111.881
Total	20.790.989	17.640.189	23.513.013	20.227.686
Circulante	5.819.863	5.784.696	8.541.887	8.372.193
Não circulante	14.971.126	11.855.493	14.971.126	11.855.493

(i) Do montante de R\$13.465.123 (2021 – R\$11.111.881) (Conglomerado Financeiro e Banco) de Depósitos a prazo pós-fixados, R\$738.498 (2021 – R\$1.614.725) correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DPGE, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.785, de 23/03/2020, do CMN.

(b) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

	Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo(i)		Conglomerado Financeiro Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Até 30 dias		5.688	1.323.638	1.239.801	1.323.638	1.245.489
De 31 a 60 dias	104.846	2.575	444.520	189.784	549.366	192.359
De 61 a 90 dias	5.444	20.370	606.020	335.759	611.464	356.129
De 91 a 180 dias	725	3.085	798.714	1.381.230	799.439	1.384.315
De 181 a 360 dias	7.071	38.340	2.250.400	2.314.927	2.257.471	2.353.267
Após 360 dias	13.314	7.547	14.957.812	11.847.946	14.971.126	11.855.493
Total	131.400	77.605	20.381.104	17.309.447	20.512.504	17.387.052

Notas Explicativas



Circulante	118.086	70.058	5.423.292	5.461.501	5.541.378	5.531.559
Não circulante	13.314	7.547	14.957.812	11.847.946	14.971.126	11.855.493

- (i) Do montante de R\$14.957.812 (2021 – R\$11.847.946) de Depósitos a prazo apresentados no vencimento “Após 360 dias”, R\$11.277.292 (2021 – R\$7.609.715) vencem entre 1 e 3 anos, R\$2.887.747 (2021 – R\$3.096.756) entre 3 e 5 anos e R\$792.773 (2021 – R\$1.141.475) acima de 5 anos.

				Banco	
Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo		Total	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
Até 30 dias		1.323.638	1.239.801	1.323.638	1.245.489
De 31 a 60 dias	104.846	444.520	189.784	549.366	192.359
De 61 a 90 dias	5.444	606.020	335.759	611.464	356.129
De 91 a 180 dias	6.543	798.714	1.381.230	805.257	3.969.364
De 181 a 360 dias	2.721.046	2.250.400	2.314.927	4.971.446	2.353.267
Após 360 dias	13.314	14.957.812	11.847.946	14.971.126	11.855.493
Total	2.851.193	20.381.104	17.309.447	23.232.297	19.972.101
Circulante	2.837.879	5.423.292	5.461.501	8.261.171	8.116.608
Não circulante	13.314	14.957.812	11.847.946	14.971.126	11.855.493

(c) Captações no mercado aberto - carteira própria

As captações no mercado aberto são compostas por R\$7.450.001 (2021 - R\$5.541.752) de títulos públicos e R\$954.915 (2021 – R\$400.215) de títulos privados no Conglomerado Financeiro e R\$7.450.001 (2021 - R\$5.549.448) de títulos públicos e R\$954.915 (2021 – R\$400.215) de títulos privados no Banco.

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

(a) Obrigações por emissão de letras de crédito

Conglomerado Financeiro e Banco		
	2022	2021
Letras financeiras (i)	2.424.019	2.267.263
Letras créditos imobiliários	4.327	10.460
Letras créditos agropecuários	123.480	95.653
Total	2.551.826	2.373.376
Circulante	1.335.625	1.849.076
Não Circulante	1.216.201	524.300

- (i) Do montante de R\$2.424.019 (2021 – R\$2.267.263) de letras financeiras, R\$1.178.017 (2021 – R\$1.113.511) correspondem a captações efetuadas mediante emissão de Letras Financeiras com garantia, observadas as condições determinadas pela Resolução BCB nº 144, de 24/09/2021.

Notas Explicativas

**(b) Vencimento**

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

	Letras financeiras e de crédito	
	2022	2021
Até 30 dias	34.719	9.912
De 31 a 60 dias	5.447	23.067
De 61 a 90 dias	52.295	494.216
De 91 a 180 dias	1.233.555	180.619
De 181 a 360 dias	9.609	1.141.262
Após 360 dias	1.216.201	524.300
Total	2.551.826	2.373.376
Circulante	1.335.625	1.849.076
Não circulante	1.216.201	524.300

16. Obrigações por empréstimos e repasses

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Repasses País – Instituições Oficiais (a)	60.441	45.964
Empréstimos no País – Outras Instituições (i)	544.513	516.609
Total	604.954	562.573
Circulante	60.441	45.964
Não Circulante	544.513	516.609

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Até 30 dias	27.982	25.905
De 91 a 180 dias	32.459	20.059
Total	60.441	45.964
Circulante	60.441	45.964

Notas Explicativas



17. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações

(a) Provisão e obrigações fiscais

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para pagamentos a efetuar	276.210	192.087	275.373	191.457
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.753	5.513	5.753	5.513
Provisão para causas judiciais (i)	774.851	719.625	759.021	703.900
Provisões	1.056.814	917.225	1.040.147	900.870
Correntes	57.281	51.350	3.099	4.924
Diferidas (nota 25(c))	190.837	101.042	190.327	100.698
Obrigações fiscais	248.118	152.392	193.426	105.622
Total	1.304.932	1.069.617	1.233.573	1.006.492
Circulante	333.491	243.437	278.472	196.381
Não circulante	971.441	826.180	955.101	810.111

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 18.

(b) Outras obrigações

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Sociais e estatutárias	107.974	189.517	107.964	189.508
Outros impostos e contribuições a recolher	24.169	54.679	24.164	54.664
Obrigações a pagar cartão	342.949	275.539	342.949	275.539
Credores diversos	455.233	498.108	454.215	497.342
Valores a repassar cessão (i)	1.154	1.305	1.154	1.305
Valores a pagar sociedades ligadas			624	880
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (i)	1.287.629	1.534.016	1.287.629	1.534.016
Letras financeiras subordinadas (nota 17(c))	382.801	129.486	382.801	129.486
Total	2.601.909	2.682.650	2.601.500	2.682.740
Circulante	915.313	1.144.374	914.904	1.144.464
Não circulante	1.686.596	1.538.276	1.686.596	1.538.276

(i) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 8(c).

Notas Explicativas



(c) Letras financeiras subordinadas

Descrição		Conglomerado Financeiro e Banco		
		Data de		
Nome do papel	Emissão	Vencimento	Taxa de Juros a.a.	R\$
No País (i):				
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	6.164
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	14.440
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.063
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	IPCA + 6,60% a 6,67% 126% a 130% da SELIC	109.033
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.273
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	18,15% - Pré	125.414
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	18,15% - Pré	125.414
Total – 2022				382.801
Total – 2021				129.486

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por *hedge* (vide nota 7 (c) (ii)).

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das dívidas e letras financeiras subordinadas:

Conglomerado Financeiro e Banco		
Dívida e letras financeiras subordinadas	2022	2021
Acima de 360 dias	272.495	20.353
Perpétua	110.306	109.133
Total	382.801	129.486

Notas Explicativas



18. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O Banco e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.2(r). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Provisão para riscos fiscais - Equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$1.208.642 (2021 – R\$1.179.432) Conglomerado Financeiro e R\$1.194.018 (2021 – R\$1.167.562) Banco, sendo que estas ações se referem principalmente a processos administrativos e ou judiciais de tributos federais.

Os principais questionamentos no conglomerado são:

- a) CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$234.055 (2021 - R\$226.682): decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- b) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$398.971 (2021 – R\$386.277): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- c) IR e CS 2016 – R\$112.528 (2021 - R\$ 110.194): Dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;
- d) PIS e COFINS – R\$127.121 (2021 - R\$102.106): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- e) INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$31.635 (2021 – R\$32.522): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- f) SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$31.742 (2021 - R\$29.043): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 30 de junho de 2022, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota no Conglomerado Financeiro e no Banco.

(iii) Provisões Cíveis: A provisão dos casos cíveis individualizados é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$866.132 (2021 – R\$730.602) Conglomerado Financeiro e R\$858.987 (2021 – R\$737.084) Banco.

Notas Explicativas



O Banco não possui ativos contingentes contabilizados.

Abaixo demonstramos a segregação por natureza e movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e cíveis:

(iv) Depósitos Judiciais e Provisões segregadas por natureza

			2022	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	240.359	95.720	235.585	87.861
Causas trabalhistas	17.437	64.246	17.180	57.448
Causas cíveis	92.921	614.885	92.644	613.712
Total	350.717	774.851	345.409	759.021

			2021	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	226.446	62.189	221.814	57.079
Causas trabalhistas	24.471	65.992	24.189	57.879
Causas cíveis	113.215	591.444	111.579	588.942
Total	364.132	719.625	357.582	703.900

(v) Movimentação

Conglomerado Financeiro				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributárias	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2021	364.132	62.189	65.992	591.444
Adições	96.404	38.304	9.138	196.690
(Baixas)	(109.819)	(4.773)	(10.884)	(173.249)
Saldo em 30/06/2022	350.717	95.720	64.246	614.885

Banco				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributárias	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2021	357.582	57.079	57.879	588.942
Adições	91.571	35.556	8.790	196.310
(Baixas)	(103.744)	(4.774)	(9.221)	(171.540)
Saldo em 30/06/2022	345.409	87.861	57.448	613.712

Notas Explicativas



19. Patrimônio líquido (Banco)

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nessa mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em comunicado ao mercado em 31 de março de 2022, o Banco anunciou encerramento do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de março de 2021, as ações recompradas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração baseada em ações a executivos e demais beneficiários de planos de incentivos de longo prazo do Banco.

Ações em tesouraria				
	Ações em tesouraria 31/12/2021	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Ações em tesouraria 30/06/2022
				2
Quantidade	51.107	1.554.000	(1.402.575)	202.532
Saldo em milhares de reais	(254)	(5.144)	4.936	(462)

Movimentação na quantidade ações

Notas Explicativas



	31/12/2021	30/06/2022
Ordinária	372.696.198	372.696.198
Preferencial	210.536.213	210.536.213
Saldo	583.232.411	583.232.411

	Quantidade de ações em circulação (i)		
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2021	1.251.558	101.526.675	102.778.233
Variação em ações em tesouraria		(151.425)	(151.425)
Variação das ações detidas por controladores e administradores	21.237	(475.748)	(454.511)
Em 30/06/2022	1.272.795	100.899.502	102.172.297

(i) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

b) Reservas

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada semestre, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 30 de junho de 2022 foi provisionado o montante de R\$106.500 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em ata.

d) Resultado líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o semestre.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas.

Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro básico por ação de junho de 2021.

Resultado líquido por ação

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	99.934	151.289
Quantidade média ponderada de ações emitidas	583.120.382	585.576.329
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,1714	0,2584

Notas Explicativas



20. Receita e despesa da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
CDC Crédito pessoal	2.571.074	2.130.258	2.463.064	2.062.018
Carteira comercial	176.965	109.896	184.096	108.964
Comissões de agentes	(429.291)	(406.708)	(429.291)	(406.708)
Variação cambial	(77.953)	(51.738)		
Outros	(294)	(163)	(294)	(163)
Total	2.240.501	1.781.545	2.217.575	1.764.111

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.966	1.236	39.663	12.631
Títulos e valores mobiliários	533.836	301.517	532.090	301.190
Total	549.802	302.753	571.753	313.821

(c) Despesas da intermediação financeira

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (i)	379.203	107.117	379.203	107.117
Variação cambial	2.886	2.270	(64.065)	(39.053)
Despesas de depósitos a prazo	(1.160.070)	(572.430)	(1.160.070)	(572.430)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(4.660)	(390)	(162.451)	(38.711)
Outras despesas de captação	(444.803)	(110.885)	(444.803)	(110.880)
Operações de empréstimos e repasses	(29.497)	(8.987)	(29.497)	(6.424)
Resultado com operações de crédito cedidas	(96.916)	(70.366)	(96.916)	(70.366)
Total	(1.353.857)	(653.671)	(1.578.599)	(730.747)

(i) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado na nota 20 (a).

21. Receitas de prestação de serviços

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Rendas de cobrança	271	406	271	406
Rendas de tarifas bancárias	13.578	6.749	13.578	6.749
Rendas outros serviços	37.155	28.411	37.135	28.376
Total	51.004	35.566	50.984	35.531

Notas Explicativas

**22. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas****(a) Despesas de pessoal**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Proventos e honorários	(100.106)	(73.317)	(100.106)	(73.303)
Encargos sociais	(35.848)	(30.153)	(35.848)	(30.145)
Treinamento	(684)	(533)	(684)	(533)
Benefícios	(27.312)	(22.539)	(27.309)	(22.522)
Total	(163.950)	(126.542)	(163.947)	(126.503)

(b) Outras despesas administrativas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Água, energia e gás	(1.089)	(967)	(1.089)	(967)
Marketing	(58.500)	(71.094)	(58.403)	(71.014)
Aluguéis	(6.744)	(10.123)	(6.744)	(10.109)
Arrendamento de bens	(5.386)	(5.135)	(5.386)	(5.135)
Promoções e relações públicas	(7.594)	(177)	(7.594)	(177)
Comunicações	(9.245)	(26.549)	(9.245)	(26.549)
Manutenção e conservação de bens	(1.243)	(780)	(1.243)	(780)
Processamento de dados	(92.297)	(73.225)	(92.297)	(73.225)
Seguros	(2.752)	(3.010)	(2.331)	(3.008)
Serviços de terceiros	(70.695)	(62.213)	(70.695)	(62.213)
Serviço de vigilância	(3.366)	(2.891)	(3.366)	(2.891)
Serviços técnicos especializados	(150.949)	(120.155)	(149.952)	(119.596)
Materiais diversos	(683)	(842)	(683)	(842)
Serviços do sistema financeiro	(9.993)	(9.970)	(9.886)	(9.902)
Transportes	(2.495)	(2.724)	(2.495)	(2.724)
Viagens	(6.793)	(3.249)	(6.793)	(3.249)
Amortização e depreciação (i)	(41.117)	(130.116)	(41.117)	(130.116)
Outras despesas administrativas	(30.730)	(9.836)	(30.681)	(9.784)
Total	(501.671)	(533.056)	(500.000)	(532.281)

(i) Em junho de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 11).

23. Despesas tributárias

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	(83.297)	(68.697)	(80.797)	(68.062)
ISS	(1.789)	(1.431)	(1.787)	(1.393)
Outros	(2.788)	(1.200)	(2.377)	(1.114)
Total	(87.874)	(71.328)	(84.961)	(70.569)

Notas Explicativas



24. Outras receitas e despesas operacionais

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	5.308	8.437	5.308	8.437
Reversão de provisões operacionais (i)	184.818	189.216	181.546	187.907
Atualização de impostos a compensar	6.792	1.645	6.112	1.344
Participação sobre prêmios emitidos (ii)	26.273	3.000	26.273	3.000
Outras	636	2.395	632	2.394
Total	223.827	204.693	219.871	203.082
Outras despesas operacionais				
Atualização monetária	(5.782)	(257)	(6.130)	(291)
Despesas de cobranças	(6.863)	(8.460)	(6.862)	(8.459)
Despesa de interveniência de repasse de recursos	(48.808)	(46.040)	(48.807)	(46.039)
Despesa de provisões operacionais (i)	(414.860)	(405.285)	(412.759)	(402.535)
Tarifas	(14.248)	(15.717)	(14.248)	(15.717)
Outras	(17.706)	(17.633)	(17.677)	(17.557)
Total	(508.267)	(493.392)	(506.483)	(490.598)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(284.440)	(288.699)	(286.612)	(287.516)

(i) Basicamente, reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais; e

(ii) Na rubrica "Participação sobre prêmios emitidos" está registrado o valor de parceria com empresa de seguros.

25. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos fiscais diferidos - créditos de imposto de renda e contribuição social

	Conglomerado Financeiro				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2021	547	2.227.048	681.496	301.082	3.210.173
Constituição		373.492	567	84.973	459.032
(Realização / Reversão)		(173.356)	(15.799)	(37.522)	(226.677)
Saldo final em 30/06/2022	547	2.427.184	666.264	348.533	3.442.528

	Banco				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2021	547	2.188.250	341.934	301.076	2.831.807
Constituição		372.136	567	84.973	457.676
(Realização / Reversão)		(172.018)	(1.473)	(37.503)	(210.994)
Saldo final em 30/06/2022	547	2.388.368	341.028	348.546	3.078.489

Notas Explicativas



O Conglomerado Financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas

Os créditos tributários relacionados as adições temporárias referem-se, principalmente, a Provisões para causas fiscais e previdenciárias discutidos em âmbito judicial ou administrativo, provisões trabalhistas e cíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

Os estudos técnicos elaborados demonstram a capacidade da Instituição de geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes.

(b) Expectativa de realização dos créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2022 pode ser demonstrada como segue:

Ano	Conglomerado Financeiro	Banco
2022	335.977	321.044
2023	1.166.155	1.121.949
2024	1.121.803	1.079.387
2025	301.425	261.931
2026	247.055	205.512
Após 2026	270.113	88.666
Total	3.442.528	3.078.489

(c) Obrigações fiscais diferidas - imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias no montante de R\$190.837 (2021 - R\$101.042) no Conglomerado Financeiro e R\$190.327 (2021 - R\$100.698) no Banco, referem-se principalmente, a Marcação à Mercado de Títulos e Valores Mobiliários.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	Conglomerado Financeiro			
	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	43.829	43.829	140.828	140.828
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	(106.500)	(106.500)	(92.451)	(92.451)
Participação nos lucros	(20.159)	(20.159)	(38.443)	(38.443)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(31.752)	(31.752)	(18.840)	(18.840)
Equivalência patrimonial - não operacional			(30.870)	(30.870)
Variação cambial de investimento no exterior			4.960	4.960
Inovação tecnológica (i)	(49.299)	(49.299)	(28.274)	(28.274)
Outros	2.550	(14.127)	3.722	(2.124)
Base de cálculo	(161.331)	(178.008)	(59.368)	(65.214)
Alíquota base	24.200	35.601	8.905	13.043
Alíquota adicional	16.139		5.949	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (ii)				20.737
Incentivos fiscais	327		271	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	40.666	35.601	15.125	33.780

Notas Explicativas



	2022		Banco 2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	(24.727)	(24.727)	124.905	124.905
Juros sobre o capital próprio	(106.500)	(106.500)	(92.451)	(92.451)
Participação nos lucros	(20.159)	(20.159)	(38.434)	(38.434)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(101.626)	(101.626)	(42.941)	(42.941)
Equivalência patrimonial - não operacional			(30.871)	(30.871)
Variação cambial de investimento no exterior	(18.563)	(18.563)	(4.960)	(4.960)
Inovação tecnológica (i)	(49.299)	(49.299)	(28.274)	(28.274)
Outros	1.410	(2.201)	17.132	17.132
Base de cálculo	(319.464)	(323.075)	(95.894)	(95.894)
Alíquota base	47.919	64.615	14.384	19.826
Alíquota adicional	31.958		9.601	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (ii)				20.737
Incentivos fiscais	328		270	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	80.205	64.615	24.255	40.563

- (i) Lei nº 11.196/2005, art.17, inciso I, e
- (ii) Efeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Notas Explicativas



26. Transações com partes relacionadas (Banco)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 4.636, de 22/02/2018, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais com as demais operações do banco.

(a) Transações com partes relacionadas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2022	2021	30/06/2022	30/06/2021
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.383.352	1.230.648	23.859	11.448
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros				
Cartões Consignados II	1.172.709	1.326.271	82.346	30.990
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	4.478	4.222		
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	7.501	22.275	1.136	572
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	11.801	6.561		
Banco BCV S.A.	19.523	10.886		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	17.616	10.179		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	447	313		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.	89	179		
Banco BCV S.A.	43	1.813		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.		71		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil		(192)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários		(123)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.794)			
Help Franchising	(12)	(925)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(856)	(1.309)		
ME Promotora de Vendas Ltda.	(1.162)	(5)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(974)	(2.857)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(23)	(333)		
Cmg Corretora De Seguros	(89)	(192)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(120)	(187)		
	(540)	(540)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(1.108.116)	(1.043.729)	(64.714)	(15.474)
Banco Cifra S.A.	(680.392)	(644.112)	(39.362)	(9.704)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(923.943)	(887.679)	(53.233)	(12.995)
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(7.343)	(9.529)	(481)	(147)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.575)	(6.608)	(266)	(60)
Help Franchising	(10.524)	(11.135)	(484)	(155)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(9.575)	(9.123)	(523)	(88)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(502.340)	(291.755)	(24.802)	(7.852)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(407)	(385)	(22)	(4)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(8.753)	(15.109)	(746)	(289)
Cmg Corretora De Seguros	(8.196)	(7.364)	(772)	(109)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(227.503)	(435.606)	(17.019)	(7.670)
Outras obrigações				
Banco BCV S.A.	(6)	(426)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(618)	(454)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(185)	(567)		

Em junho de 2022, o Conglomerado Bmg possuía seguro garantia com prêmios no montante de R\$1.578 com a BMG Seguros S.A.

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas de mercado.

Notas Explicativas



A EGL – Empreendimentos Gerais Ltda. (empresa não financeira pertencente ao Grupo Bmg), adquiriu créditos sem coobrigação com o Banco Bmg, que por força de contrato de cessão, recebe 20% dos repasses a serem efetuados, a título de serviços de cobrança. Em 30 de junho de 2022, os valores a repassar a EGL – Empreendimentos Gerais Ltda., totalizavam R\$138 (2021 – R\$567) a empresa não possuía saldo em serviços de cobrança (2021 – R\$71).

(b) Remuneração dos administradores

Conforme descrito na Nota 2.2(s), em acordo com a Resolução CMN 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre Conselho de Administração e Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(i) Benefícios de curto e longo prazo a administradores

	2022	2021
Remuneração	23.661	19.549
Contribuição INSS	5.324	4.399
Total	28.985	23.948

(ii) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia “BMGB4”, como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (“*Performance Shares Units*” ou “PSU”), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 “Pagamento Baseado em Ações” e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no semestre findo em junho de 2022 o montante de R\$4.936 a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



27. Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

				Conglomerado Financeiro		
				2022		
ATIVO	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado
	Contábil			Contábil		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.066	29.066		38.894	38.894	
Títulos e valores mobiliários	12.149.257	12.149.257		11.867.409	11.867.409	
Instrumentos financeiros derivativos	439.904	439.904		394.715	394.715	
Operações com características de concessão de crédito	20.750.371	20.358.247	(392.124)	15.967.363	15.817.093	(150.270)
PASSIVO						
Depósitos	20.790.989	20.837.507	46.518	17.640.189	17.803.978	163.789
Captações no mercado aberto - carteira própria	8.404.916	8.404.916		5.941.967	5.941.967	
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.551.826	1.899.029	(652.797)	2.373.376	2.611.065	237.689
Obrigações por empréstimos e repasses	604.954	604.954		562.573	562.573	
Instrumentos financeiros derivativos	154.283	154.283		65.332	65.332	
Letras financeiras subordinadas	382.801	382.801		129.486	129.486	
				Banco		
				2022		
ATIVO	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado
	Contábil			Contábil		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.412.418	1.412.418		1.269.542	1.269.542	
Títulos e valores mobiliários	12.112.014	12.112.014		11.841.061	11.841.061	
Instrumentos financeiros derivativos	439.904	439.904		394.715	394.715	
Operações com características de concessão de crédito	19.065.131	18.673.007	(392.124)	14.490.680	14.340.409	(150.271)
PASSIVO						
Depósitos	23.513.013	24.089.703	576.690	20.227.686	20.392.076	164.390
Captações no mercado aberto - carteira própria	8.404.916	8.404.916		5.949.663	5.949.663	
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.551.826	1.899.029	(652.797)	2.373.376	2.611.065	237.689
Obrigações por empréstimos e repasses	604.954	604.954		562.573	562.573	
Instrumentos financeiros derivativos	154.283	154.283		65.332	65.332	
Letras financeiras subordinadas	382.801	382.801		129.486	129.486	

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos

Notas Explicativas



financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Conglomerado Financeiro a clientes montam R\$255.533 (2021 – R\$254.584) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

Com o advento da Resolução nº 4.512/16, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2022 de R\$240 (2021 negativo em R\$53).

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Informações suplementares

Apresentamos abaixo a natureza e os efeitos dos resultados não recorrentes realizados nos semestres findos em junho de 2022 e de 2021.

Conglomerado Financeiro e Banco		
	2022	2021
Lucro líquido do semestre	99.934	151.289
Amortização de ágio (i)		39.886
Redução de participação em controladas (ii)		(18.229)
Total não recorrente		21.657
Lucro líquido do semestre sem os efeitos não recorrentes	99.934	172.946

(i) Ágio na aquisição de investimentos, líquido de efeitos fiscais; e

(ii) Redução de participação na Granito Soluções em Pagamentos S.A, líquido de efeitos fiscais.

Notas Explicativas



(d) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 18(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(e) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia de COVID-19, o Banco está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Banco adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perante a origem dos produtos.

Para clientes, o Banco estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Banco lançou o Volta pra Mim Farmácia – benefício temporário no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias,

Notas Explicativas



os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta. Além disso, o Banco realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Banco adotou a prática do modelo híbrido de trabalho.

A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(f) Resultado não operacional

Em junho de 2021, refere-se, basicamente, ao resultado não operacional de equivalência patrimonial no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito, conforme descrito na nota 11. Em junho de 2022, não havia resultado não operacional relevante.

(g) Eventos subsequentes

Em julho de 2022, conforme Comunicado ao Mercado, o Banco BMG passou a deter, indiretamente, 21,99% do capital social votante da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. ("O2OBOTS") por meio da CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

29. Gestão de riscos

1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado do Bmg, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, crédito e operacional - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital.

O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancobmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

1.1. Gerenciamento do Capital

O Banco optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado do Bmg, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

Fórum de Gestão do Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital.

O comitê é conduzido pela Diretoria Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basiléia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

Notas Explicativas



- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Área de Riscos, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado do Bmg, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na “Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização”.

1.2. Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes.

Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados *bureaus* de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

1.3. Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado do Bmg entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

Notas Explicativas



A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Bmg é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

1.4. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado do Bmg preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

1.5. Risco Operacional

O Conglomerado do Bmg considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que qualquer evento que possa interferir adversamente o alcance dos objetivos seja identificado e tratado.

Neste sentido, a resposta ao risco compreende em evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir o risco, dentro dos parâmetros estabelecidos e avaliação do custo/benefício.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado do Bmg.

A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado, conforme classificação do risco.

Todos os eventos de riscos que configurem perda operacional efetiva deverão ser controlados, de forma a identificar, com facilidade, as ocorrências da espécie e a sua documentação, tanto para atendimento à alta administração no seu gerenciamento, quanto para subsidiar o fornecimento de informações às autoridades supervisoras.

Notas Explicativas



1.6. Risco Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto na Resolução CMN nº 4.327/2014, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

1.7. Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento ao disposto no art.35 da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do “Programa de Testes de Estresse” conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- **Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- **Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco

	Efeito bruto no resultado				Efeito líquido no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	118.922	(118.922)	(237.844)	(356.766)	65.407	(65.407)	(130.814)	(196.221)
Qualidade de crédito (PCLD)	92.417	(92.417)	(184.834)	(277.252)	50.829	(50.829)	(101.659)	(152.488)
Taxas de captação	54.201	(54.201)	(108.403)	(162.604)	29.811	(29.811)	(59.622)	(89.432)
Provisões para contingências	51.104	(51.104)	(102.209)	(153.313)	28.107	(28.107)	(56.215)	(84.322)

(b) Risco de mercado

Em atendimento aos requerimentos da CVM o Banco Bmg realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Notas Explicativas



Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.275)	(3.188)	(6.375)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(65.401)	(163.504)	(327.007)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	51	129	257
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	4.055	10.139	20.277
Total		(62.570)	(156.424)	(312.848)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Finanças, Riscos e Compliance)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Silvio Cesar Ferreira
CRC - 1SP185135/O-0
(Contador Responsável)

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com normas internacionais de relatórios financeiros – IFRS em 30 de junho de 2022 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Os quadros das Informações trimestrais consolidadas, são apresentados com base nas informações do Consolidado em IFRS

Notas Explicativas



1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Cifra S.A., Banco BCV S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., BMG Participações em Negócios Ltda. e sua controlada BMG Seguros S.A., Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de ofício de 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 11/08/2022.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), dessa forma as demonstrações intermediárias do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com a IAS 34 – Demonstração Intermediária, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras intermediárias, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas

Notas Explicativas



As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do semestre conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

Controladas	País de constituição	Atividade	Participação em %	
			2022	2021
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BCV S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco Cifra S.A.	Brasil	Banco	100	100
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	92,99	92,99
BMG Seguros S.A.	Brasil	Seguros	70	70
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99
CMG Corretora de Seguros	Brasil	Seguros	60	60
			Participação em %	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			2022	2021
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes			100	100
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			2022	2021
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			100	100

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica "Receitas de juros e rendimentos similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica "Despesas de juros e encargos similares".

(ii) Transações com participações de não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.3 Apresentação de informação por segmentos

Notas Explicativas



De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

	2022			
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS
Margem Financeira	1.331.298	17.274	1.348.572	91.322
Receita de prestação de serviços	49.765	1.239	51.004	13.719
Resultado de intermediação financeira	1.381.063	18.513	1.399.576	105.041
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(509.154)	(15.424)	(524.578)	(201.392)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	81.501	5.530	87.031	
Resultado bruto financeiro	953.410	8.619	962.029	(96.351)
Despesas totais	(867.298)	(102.922)	(970.220)	(52.556)
Resultado de participação em coligadas	38.707	(6.955)	31.752	(25.729)
Resultado operacional	124.819	(101.258)	23.561	(174.636)
Resultado não operacional		109	109	18.291
Imposto de renda e contribuição social	(38.750)	115.017	76.267	64.486
Lucro líquido	86.069	13.868	99.937	(91.859)

	2021			
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS
Margem Financeira	1.028.927	330.372	1.359.299	6.556
Receita de prestação de serviços	28.385	7.181	35.566	8.924
Resultado de intermediação financeira	1.057.312	337.553	1.394.865	15.480
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(380.765)	(44.747)	(425.512)	(57.793)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	68.213	7.981	76.194	
Resultado bruto financeiro	744.760	300.787	1.045.547	(42.313)
Despesas totais	(655.294)	(331.446)	(986.740)	27.990
Resultado de participação em coligadas	5.001	13.839	18.840	894
Resultado operacional	94.467	(16.820)	77.647	(13.429)
Resultado não operacional		24.738	24.738	2.417)
Imposto de renda e contribuição social	1.563	47.342	48.905	7.700
Lucro líquido	96.030	55.260	151.290	(8.146)

Notas Explicativas



(ii) Resultado apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do período na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no mercado aberto" e "Operações compromissadas", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas de juros e encargos similares", respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

Notas Explicativas



O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “custo amortizado”, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e

- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

Notas Explicativas



(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e encargos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não possui *hedge* de investimento líquido em operações no exterior e *hedge* de valor justo.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

Notas Explicativas



a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(i) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de

Notas Explicativas



crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(e) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(f) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;

Notas Explicativas



- Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

Notas Explicativas



2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do semestre, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas Explicativas



Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda e 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 20% a partir de janeiro 2022.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

Notas Explicativas



(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada semestre. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo ao final do semestre, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Emitidos e Aplicáveis em Períodos Futuros

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;

- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;

- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;

- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;

- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;

- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para semestre iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas



3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo semestre social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado”

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras intermediárias, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para Grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 19.

Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos

Notas Explicativas



possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

(d) Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos ("ALCO").

4.1 Risco de crédito e socioambiental

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto na Resolução CMN nº 4.327/2014, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

Notas Explicativas



A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	2022	2021
Disponibilidade	300.446	357.619
Aplicações no mercado aberto	283.994	49.998
Depósitos compulsórios Bacen	702.293	152.121
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.019.883	10.125.495
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	2.015.765	1.640.104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	439.904	394.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	27.876.267	15.594.238
Off-balance	7.500.217	6.204.423
Avais e fianças	255.533	254.584
Créditos a liberar	7.244.684	5.949.839
Total da exposição máxima ao risco de crédito	42.138.769	34.518.713

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.

Notas Explicativas



4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	2022		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	300.446		
Aplicações no mercado aberto	283.994		
Depósitos compulsórios no Banco Central	702.293		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	19.004.366	916.255	881.495
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.019.883		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	2.015.765		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	7.846.059		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	439.904		

	2021		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	357.619		
Aplicações no mercado aberto	49.998		
Depósitos compulsórios no Banco Central	152.121		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	14.604.413	557.473	838.007
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.125.495		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.640.104		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	103.543		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	394.715		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos. Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco (“VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Grupo

Notas Explicativas



pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um “período de manutenção das posições” (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

		2022		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.275)	(3.188)	(6.375)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(65.401)	(163.504)	(327.007)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	51	129	257
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	4.055	10.139	20.277
Total		(62.570)	(156.424)	(312.848)

		2021		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(31)	(78)	(157)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(35.240)	(88.101)	(176.202)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(738)	(1.846)	(3.692)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(166)	(415)	(829)
Total		(36.175)	(90.440)	(180.880)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Notas Explicativas



Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA / IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2022	2021
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	26.979	173.613
Total de ativos financeiros	26.979	173.613
Total de derivativos – Ativo (dólar)	141.832	50.410
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(153.784)	(14.144)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	(11.952)	36.266

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2022 e de 2021, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, sobretudo, em reais.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Notas Explicativas



Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	30/06/2022			
	2			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	283.994			283.994
Depósitos compulsórios no Banco Central	702.293			702.293
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	213.881	186.414	39.609	439.904
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	372.816	96.686	2.550.381	3.019.883
				27.876.26
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	7.162.226	5.102.229	15.611.812	7
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	2.015.765			2.015.765
				34.338.10
Total de ativos financeiros	10.750.975	5.385.329	18.201.802	6
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	12.079.378	4.451.508	17.431.949	33.962.83
				5
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	74.625	74.066	5.592	154.283
				34.117.11
Total de passivos financeiros	12.154.003	4.525.574	17.437.541	8

	31/12/2021			
	1			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	49.998			49.998
Depósitos compulsórios no Banco Central	152.121			152.121
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	54.029	192.107	148.579	394.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	259.536	194.922	9.671.037	10.125.49
				5
				15.594.23
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	5.940.126	3.464.284	6.189.828	8
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)		17.626	1.622.478	1.640.104
				27.956.67
Total de ativos financeiros	6.455.810	3.868.939	17.631.922	1
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	8.797.991	5.197.546	14.045.454	28.040.99
				1
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	48.716	15.907	709	65.332
				28.106.32
Total de passivos financeiros	8.846.707	5.213.453	14.046.163	3

Notas Explicativas



Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	1.976.278	3.022.207	811.137	2.318.939
Moeda estrangeira	3.019.742	1.988.759	1.663.795	815.132
IPCA	1.389.210		1.296.683	
Outros	23.769	1.105.742	717.023	1.037.507
Total	6.408.999	6.116.708	4.488.638	4.171.578

4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	30/06/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	300.446				300.446
Aplicações no mercado aberto	283.994				283.994
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	10.884.752	4.170.858	4.283.849	7.711.201	27.050.660
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	372.844	97.517	2.669.410		3.139.771
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM	2.015.765				2.015.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	213.881	186.414	39.609		439.904
Total a receber	14.071.682	4.454.789	6.992.868	7.711.201	33.230.540
Depósitos					
Depósito à vista	280.030				280.030
Depósito a prazo	2.378.977	3.266.329	15.810.351	986.597	22.442.254
Obrigações por cessão	41.084	120.879	590.448		752.411
Depósitos interfinanceiros	110.410	7.800	13.314		131.524
Instrumentos financeiros derivativos	74.625	74.066	5.592		154.283
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	92.484	105.869	2.823.388	1.816.360	4.838.101
Obrigações por empréstimos e repasses	60.441		115.546	428.967	604.954
Letras financeiras subordinadas			20.604	362.197	382.801
Total a pagar	3.038.051	3.574.943	19.379.243	3.594.121	29.586.358
Diferença a receber (a pagar)	11.033.631	879.846	(12.386.375)	4.117.080	3.644.182

Notas Explicativas



	31/12/2021				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	357.619				357.619
Aplicações no mercado aberto	49.998				49.998
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	11.342.592	1.588.290	3.318.383	1.452.386	17.701.651
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	188.367	195.218	10.246.626	1.128.904	11.759.115
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM	17.626			1.622.478	1.640.104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	54.029	192.107	148.579		394.715
Total a receber	12.010.231	1.975.615	13.713.588	4.203.768	31.903.202
Depósitos					
Depósito à vista	256.186				256.186
Depósito a prazo	1.766.509	3.794.735	12.200.030	1.607.553	19.368.827
Obrigações por cessão	6.593	120.879	590.448		717.920
Depósitos interfinanceiros	28.654	41.457	7.547		77.658
Instrumentos financeiros derivativos	48.716	15.907	709		65.332
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	91.796	228.042	783.005	234.354	1.337.197
Obrigações por empréstimos e repasses	45.964	5.000	110.546	401.063	562.573
Letras financeiras subordinadas			19.317	110.169	129.486
Total a pagar	2.244.418	4.206.020	13.711.602	2.353.139	22.515.179
Diferença a receber (a pagar)	9.765.813	(2.230.405)	1.986	1.850.629	9.388.023

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas



	Basileia III	
	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência nível I	2.507.888	2.624.984
Capital Principal	2.397.582	2.515.851
– Patrimônio Líquido (i)	4.015.622	4.067.124
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.618.040)	(1.551.273)
Capital complementar (ii)	110.306	109.133
– Letras financeiras subordinadas	110.306	109.133
Patrimônio de referência nível II (ii)	272.495	20.353
– Letras financeiras subordinadas	272.495	20.353
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	2.780.383	2.645.337
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	20.691.245	18.043.171
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	19.201.926	16.841.914
– Risco de mercado	151.725	102.150
– Risco operacional	1.337.594	1.099.107
Índice de solvabilidade (a / b)	13,44%	14,66%
Capital nível I	12,12%	14,55%
– Capital principal	11,59%	13,94%
– Capital complementar	0,53%	0,61%
Capital nível II	1,32%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela “IRRBB”	248.303	254.055
Índice de imobilização	41,45%	40,98%
Folga de imobilização	237.757	238.573

- (i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e
- (ii) Vide nota 17.

Notas Explicativas



4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2022.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.019.883		3.019.883
Valor Justo por meio do Resultado		2.015.765	2.015.765
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		439.904	439.904
Ativo Total	3.019.883	2.455.669	5.475.552
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		154.283	154.283
Passivo Total		154.283	154.283

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.125.495		10.125.495
Valor Justo por meio do Resultado	1.599.131	40.973	1.640.104
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		394.715	394.715
Ativo Total	11.724.626	435.688	12.160.314
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		65.332	65.332
Passivo Total		65.332	65.332

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, Grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

Notas Explicativas



- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

	30/06/2022					31/12/2021
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Operações de crédito e arrendamento mercantil	18.976.312	20.409.992		20.409.992		20.409.992
PASSIVO						
Depósitos de clientes	20.153.919	20.837.507		20.837.507		20.837.507
Obrigações por empréstimos e repasses	604.954	604.954		604.954		604.954
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	2.324.208	1.899.029		1.899.029		1.899.029
Letras financeiras subordinadas	382.801	382.800		382.800		382.800
Outros passivos financeiros	801.768	801.768		801.768		801.768
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.290.269	1.290.269		1.290.269		1.290.269
						1.536.250

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em junho de 2022.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

4.9 Garantias de operações de crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

Notas Explicativas



30/06/2022				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	3.161.100	165.351	279.941	3.606.392
Nota Promissória		4.829		4.829
Cessão direitos creditórios		2.039.656		2.039.656
Penhor		299.701	83.481	383.182
Outros		533	279.110	279.643
TOTAL	3.161.100	2.510.070	642.532	6.313.702

31/12/2021				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	1.469.397	121.873	213.750	1.805.020
Nota Promissória		5.010	365.939	370.949
Cessão direitos creditórios		2.115.061		2.115.061
Penhor		287.830	64.323	352.153
Outros		1.272	277.713	278.985
TOTAL	1.469.397	2.531.046	921.725	4.922.168

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7,5 milhões e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco Bmg registrou um resultado pela venda de participação em controlada de R\$30.871 no período findo em 31 de março de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 22 (b)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("AF Controle S.A."). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, foi concluída a operação prevista no Acordo de Investimentos para aquisição acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda. (respectivamente, "Sociedades" e "Operação"). Com a conclusão da Operação, o Bmg adquiriu 50% do capital social da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária nas Sociedades. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022.

Em 30 de agosto de 2021 e 29 de outubro de 2021 foram efetivadas reduções de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. nos montantes de R\$100.000 e R\$200.000, respectivamente.

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS

Notas Explicativas



Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

Em 06 de maio de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da FRP Ieger Software Ltda. ("iCertus"), um software de gestão (ERP) para micro, pequenas e médias empresas. A efetiva conclusão da operação aguarda a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da regulamentação em vigor.

Em 20 de junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50.000.

5. Disponibilidades

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	300.446	357.619
Aplicações no mercado aberto	283.994	49.998
Total	584.440	407.617

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Aplicações no mercado aberto", em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	30/06/2022			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			223.156	223.156
Operações de crédito			20.802.116	20.802.116
Devedores diversos			799.023	799.023
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)			(1.825.804)	(1.825.804)
Depósitos compulsórios no Banco Central			702.293	702.293
Aplicação em depósito interfinanceiro			31.717	31.717
Títulos e Valores Mobiliários	2.015.765	3.019.883	7.846.059	12.881.707
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.406.981		1.406.981
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)			1.075.265	1.075.265
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	1.995.201		6.770.794	8.765.995
Certificado de recebíveis do agronegócio		24.693		24.693
Certificado de recebíveis imobiliários		71.649		71.649
Cotas de fundos de Investimento		158.592		158.592
Ações	20.564			20.564
Debêntures		1.348.554		1.348.554
Títulos no exterior		9.414		9.414
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	439.904			439.904
Total	2.455.669	3.019.883	28.578.560	34.054.112
Circulante	2.416.060	469.502	12.966.748	15.852.310
Não circulante	39.609	2.550.381	15.611.812	18.201.802

(i) Reclassificação de ativos financeiros (vide nota 2.7.1(a))

Notas Explicativas



	31/12/2021			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			167.517	167.517
Operações de crédito			15.999.893	15.999.893
Devedores diversos			875.467	875.467
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)			(1.591.076)	(1.591.076)
Depósitos compulsórios no Banco Central			152.121	152.121
Aplicação em depósito interfinanceiro			38.894	38.894
Títulos e Valores Mobiliários	1.640.104	10.125.495	103.543	11.869.142
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.508.286		1.508.286
Letras do Tesouro Nacional - LTN		1.040.140		1.040.140
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.599.131	6.023.795		7.622.926
Certificado de recebíveis imobiliários		116.504		116.504
Cotas de fundos de Investimento	40.973			40.973
Certificado de depósito bancário			103.543	103.543
Ações				
Debêntures		1.436.770		1.436.770
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	394.715			394.715
Total	2.034.819	10.125.495	15.746.359	27.906.673
Circulante	263.762	454.458	9.556.531	10.274.751
Não circulante	1.771.057	9.671.037	6.189.828	17.631.922

7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor justo		Valor justo	
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	141.832	(153.784)	50.410	(14.144)
Derivativos de taxas de juros e índices	298.072	(499)	344.305	(51.188)
Total	439.904	(154.283)	394.715	(65.332)
Circulante	400.295	(148.691)	246.136	(64.623)
Não Circulante	39.609	(5.592)	148.579	(709)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (*nocional*) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	1.352.684	(11.952)	307.790	36.266
Derivativos de taxa de juros	50.715	2.292	1.102.132	33.850
Derivativos de índices	895.500	295.281	895.500	259.267
Total	2.298.899	285.621	2.305.422	329.383

Notas Explicativas

**(c) A composição dos valores de referência (nocional) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:**

	30/06/2022	31/12/2021
Até 30 dias	309.556	49.307
De 31 a 180 dias	1.079.468	1.147.333
De 181 a 360 dias	755.987	606.557
Acima de 360 dias	153.888	502.225
Total	2.298.899	2.305.422

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	2.792		4.827.529
Futuro de cupom de cambial (DDI)		(8.576)	2.017.184
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(20.195)	7.597.719
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(3.676)	2.816.935
Futuro de boi gordo (BGI)		(41)	54.681
Posição – 30/06/2022	2.792	(32.488)	17.314.048
Posição – 31/12/2021	62.828	(3.939)	10.795.614

(d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge**(i) Hedge de Risco de Mercado**

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de *hedge* de Risco de Mercado, assim como os contratos de *swap* Dólar x DI designados como instrumento de hedge de Risco de Mercado. Em 30 de junho de 2022 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de hedge de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de hedge de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 30 de junho de 2022, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período, no montante de R\$42.364 (2021 – R\$ 10.976).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 30 de junho de 2022 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$7.932.

(ii) Hedge de Fluxo de caixa

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$4.112.211 (2021 – R\$1.533.324). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$36.635 (2021 – devedor de R\$14.052), líquido dos efeitos tributários.

(e) Gestão de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a

Notas Explicativas



fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress", acompanhados pelo ALCO.

8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

Ao custo amortizado	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	223.156	167.517
Relações com correspondentes	12.374	12.367
Relações de interdependências	210.782	155.150
Operações de crédito líquido	18.976.312	14.408.817
Devedores diversos	799.023	875.467
Baixas sem financeiro (i)	512.516	485.838
Provisões aos valores não recuperáveis (i)	(46.411)	(46.461)
Valor a receber pela cessão de recebíveis	87.956	98.026
Outros	244.962	338.064
TOTAL	19.998.491	15.451.801
Circulante	10.993.214	9.269.656
Não Circulante	9.005.277	6.182.145

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito

(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	30/06/2022	31/12/2021
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	20.802.116	15.999.893
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	(1.825.804)	(1.591.076)
Operações de crédito líquido	18.976.312	14.408.817
Circulante	9.971.035	8.226.672
Não Circulante	9.005.277	6.182.145

Notas Explicativas

**(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)**

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2022	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/06/2022
CDC - Crédito Pessoal	12.234.274	3.979.206	16.213.480
Pessoas físicas	5.482	(435)	5.047
CDC - Veículos	9	3	12
Carteira Comercial	2.364.648	421.179	2.785.827
Total	14.604.413	4.399.953	19.004.366
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	553.204	175.448	728.652
Pessoas físicas	1.471	51	1.522
CDC - Veículos	10	41	51
Carteira Comercial	2.788	183.242	186.030
Total	557.473	358.782	916.255
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	807.768	42.941	850.709
Pessoas físicas	3.232	(1.169)	2.063
CDC - Veículos	60	(28)	32
Carteira Comercial	26.947	1.744	28.691
Total	838.007	43.488	881.495
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	13.595.246	4.197.595	17.792.841
Pessoas físicas	10.185	(1.553)	8.632
CDC - Veículos	79	16	95
Carteira Comercial	2.394.383	606.165	3.000.548
Total	15.999.893	4.802.223	20.802.116

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2021
CDC - Crédito Pessoal	10.945.135	1.289.139	12.234.274
Pessoas físicas	6.299	(817)	5.482
CDC - Veículos	35	(26)	9
Carteira Comercial	2.057.372	307.276	2.364.648
Total	13.008.841	1.595.572	14.604.413
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	332.676	220.528	553.204
Pessoas físicas	2.161	(690)	1.471
CDC - Veículos			10
Carteira Comercial	467	2.321	2.788
Total	335.304	222.169	557.473
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	706.700	101.068	807.768
Pessoas físicas	3.725	(493)	3.232
CDC - Veículos	84	(24)	60
Carteira Comercial	38.129	(11.182)	26.947
Total	748.638	89.369	838.007
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	11.984.511	1.610.735	13.595.246
Pessoas físicas	12.185	(2.000)	10.185
CDC - Veículos	119	(40)	79
Carteira Comercial	2.095.968	298.415	2.394.383
Total	14.092.783	1.907.110	15.999.893

Notas Explicativas



(c) Perda de crédito esperada

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2022	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/06/2022
CDC - Crédito Pessoal	453.297	116.984	570.281
Pessoas físicas	243	(19)	224
CDC - Veículos	1		1
Carteira Comercial	49.257	(17.815)	31.442
Total	502.798	99.150	601.948
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	302.463	86.367	388.830
Pessoas físicas	501	8	509
CDC - Veículos	2	13	15
Carteira Comercial	115	10.051	10.166
Total	303.081	96.439	399.520
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	768.473	39.615	808.088
Pessoas físicas	2.545	(816)	1.729
CDC - Veículos	55	(25)	30
Carteira Comercial	14.124	365	14.489
Total	785.197	39.139	824.336
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.524.233	242.966	1.767.199
Pessoas físicas	3.289	(827)	2.462
CDC - Veículos	58	(12)	46
Carteira Comercial	63.496	(7.399)	56.097
Total	1.591.076	234.728	1.825.804

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2021
CDC - Crédito Pessoal	391.648	61.649	453.297
Pessoas físicas	279	(36)	243
CDC - Veículos	2	(1)	1
Carteira Comercial	51.742	(2.485)	49.257
Total	443.671	59.127	502.798
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	183.801	118.662	302.463
Pessoas físicas	761	(260)	501
CDC - Veículos		2	2
Carteira Comercial	157	(42)	115
Total	184.719	118.362	303.081
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	638.735	129.738	768.473
Pessoas físicas	2.517	28	2.545
CDC - Veículos	81	(26)	55
Carteira Comercial	17.862	(3.738)	14.124
Total	659.195	126.002	785.197
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.214.184	310.049	1.524.233
Pessoas físicas	3.557	(268)	3.289
CDC - Veículos	83	(25)	58
Carteira Comercial	69.761	(6.265)	63.496
Total	1.287.585	303.491	1.591.076

(d) Detalhes por setor de atividade

	30/06/2022	31/12/2021
Setor Privado:		
Indústria	174.520	145.778
Comércio	112.888	108.751
Intermediários financeiros	1.026.400	809.715
Outros serviços	1.351.257	962.246
Pessoas físicas	18.137.051	13.973.403
Total	20.802.116	15.999.893

Por prazo de vencimento

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.003.416	4,8%	881.540	5,5%
Vencidos há menos de 14 dias	39.093	0,2%	75.262	0,5%
A vencer:				
Até 30 dias	5.808.212	27,9%	5.088.475	31,8%
De 31 a 60 dias	885.804	4,3%	663.161	4,1%
De 61 a 90 dias	654.491	3,1%	493.534	3,1%
De 91 a 180 dias	1.357.833	6,5%	1.020.931	6,4%
De 181 a 360 dias	1.844.754	8,9%	1.400.369	8,8%
Acima de 360 dias	9.208.513	44,3%	6.376.621	39,9%
Total	20.802.116	100%	15.999.893	100%

Notas Explicativas

**(e) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (impairment)**

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo em 1º de janeiro	1.591.076	1.287.585
Adição de provisão	725.970	483.305
Baixa de provisão	(491.242)	(380.947)
Saldo Total	1.825.804	1.389.943

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos períodos findos em 30/06/2022 e 31/12/2021.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	TOTAL
Em 31/12/2021						
Custo	16.686	126.847	148.994	2.618	9.816	304.961
Depreciação acumulada	(12.975)	(104.370)	(97.807)	(984)	(6.529)	(222.665)
Saldo contábil, líquido	3.711	22.477	51.187	1.634	3.287	82.296
Em 30/06/2022						
Saldo inicial	3.711	22.477	51.187	1.634	3.287	82.296
Adições		2.980	7.322	156	2.387	12.845
Baixas		(7)	(3.118)	(177)	(500)	(3.802)
Depreciação		(4.601)	(4.116)	(91)	(682)	(9.490)
Custo	16.686	129.820	153.198	2.597	11.703	314.004
Depreciação acumulada	(12.975)	(108.971)	(101.923)	(1.075)	(7.211)	(232.155)
Saldo contábil, líquido	3.711	20.849	51.275	1.522	4.492	81.849

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10. Intangível

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	1.257.546	1.215.701
Ágio na aquisição de controlada (Adição/Baixa)		(14.265)
Outros Intangíveis (Adição/Baixa)	39.864	56.110
Saldo no final do período	1.297.410	1.257.546
		31/12/2021
Ágio na aquisição de controlada	1.004.513	1.004.513
Outros Intangíveis	292.897	253.033
Saldo contábil, líquido	1.297.410	1.257.546

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BCV S.A. , foi apurado um ágio no montante de R\$995.585.

Notas Explicativas



Em junho de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

O ágio apurado na aquisição do Banco BCV S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 30/06/2022.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensíveis de 10% a 15% e perpetuidade sensíveis de 3% a 5%.

11. Outros ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas com operação de seguros	385.495	329.383
Prêmios de seguros a receber	345.587	283.986
Ativos de direito de uso	102.346	105.621
Outros ativos	245.324	104.881
Total	1.078.752	823.871
Circulante	721.108	569.680
Não Circulante	357.644	254.191

12. Passivos financeiros**Classificação por natureza e categoria**

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 30/06/2022 e 31/12/2021 está demonstrada abaixo:

			30/06/2022
			2
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
			20.153.91
Depósitos de clientes (nota 15)		20.153.919	9
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		1.290.269	1.290.269
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		604.954	604.954
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		2.324.208	2.324.208
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		382.801	382.801
Outros passivos financeiros (nota 18)		801.768	801.768
Operações compromissadas		8.404.916	8.404.916
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	154.283		154.283
Total	154.283	33.962.835	34.117.11
Circulante	148.691	16.530.886	16.679.57
Não circulante	5.592	17.431.949	17.437.54
			1

Notas Explicativas



			31/12/2021
			1
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		17.211.181	17.211.181
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		1.536.250	1.536.250
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		562.573	562.573
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		1.937.649	1.937.649
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		129.486	129.486
Outros passivos financeiros (nota 18)		721.885	721.885
Operações compromissadas		5.941.967	5.941.967
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	65.332		65.332
Total	65.332	28.040.991	28.106.323
Circulante	64.623	13.995.537	14.060.160
Não circulante	709	14.045.454	14.046.163

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	1.290.269	1.536.250
Total	1.290.269	1.536.250
Circulante	65.087	127.472
Não Circulante	1.225.182	1.408.778

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	30/06/2022	31/12/2021
Compromissos a pagar – FGC (i)	544.513	516.609
Repasses País – Finame / Crédito Rural	60.441	45.964
Total	604.954	562.573
Circulante	60.441	50.964
Não Circulante	544.513	511.609

Prazos:

Até 30 dias	60.441	45.964
Após 360 dias	544.513	516.609
Total	604.954	562.573

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

Notas Explicativas



15. Depósito de clientes

	30/06/2022	31/12/2021
Depósito à vista	280.030	256.186
Depósitos interfinanceiros	131.400	77.605
Depósito a prazo	19.742.489	16.877.390
Total	20.153.919	17.211.181
Circulante	5.896.879	5.796.474
Não Circulante	14.257.040	11.414.707

Prazos

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Em 30/06/2022							
Depósito à vista	280.030						280.030
Depósitos interfinanceiros		104.846	5.444	725	7.071	13.314	131.400
Depósito a prazo	1.325.225	429.203	617.279	805.362	2.321.694	14.243.726	19.742.489
Em 31/12/2021							
Depósito à vista	256.186						256.186
Depósitos interfinanceiros	5.688	2.575	20.370	3.085	38.340	7.547	77.605
Depósito a prazo	1.257.814	164.926	339.076	1.864.878	1.843.536	11.407.160	16.877.390

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras

	30/06/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	2.196.401	1.831.536
Letras de Crédito Agronegócio	123.480	95.653
Letras de Crédito Imobiliário	4.327	10.460
Total	2.324.208	1.937.649
Circulante	1.355.604	1.413.640
Não Circulante	968.604	524.009

Prazos	30/06/2022	31/12/2021
Até 30 dias	34.719	9.912
De 31 a 60 dias	5.447	23.067
De 61 a 90 dias	52.295	58.768
De 91 a 180 dias	1.233.712	180.486
De 181 a 360 dias	29.431	1.141.407
Após 360 dias	968.604	524.009
Total	2.324.208	1.937.649

Notas Explicativas



17. Letras financeiras subordinadas

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2022	31/12/2021
No País (i):						
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	R\$	124% do CDI	6.164	5.775
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	R\$	122% do CDI	14.440	13.542
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	R\$	124% da SELIC	1.063	1.036
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	R\$	IPCA + 6,60% a 6,67% 126% a 130% da SELIC	109.033	107.891
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	R\$	126% da SELIC	1.273	1.242
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32		18,15% - Pré	125.414	
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34		18,15% - Pré	125.414	
Total					382.801	129.486
Não Circulante					382.801	129.486

- (ii) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por *hedge* (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações sociais e estatutárias	158.277	218.640
Compromissos a pagar – Cartão	32.630	50.425
Cartão - Transações parceladas sem juros	310.319	225.113
Operações de arrendamento	98.195	103.634
Outros credores	202.347	124.073
Total	801.768	721.885
Circulante	747.959	665.020
Não Circulante	53.809	56.865

Notas Explicativas



19. Provisões

	Provisões tributárias e previdenciárias (i)	Provisões trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo no início do exercício – 2021	52.581	79.157	487.777	619.515
Constituição	14.488	22.778	470.045	507.311
(Reversão/Utilização)	(4.335)	(22.580)	(366.377)	(393.292)
Saldo no final do exercício – 2021	62.734	79.355	591.445	733.534
Constituição	38.306	12.597	196.690	247.593
(Reversão/Utilização)	(4.774)	(14.560)	(173.251)	(192.585)
Saldo no final do semestre – 2022	96.266	77.392	614.884	788.542

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
30/06/2022				
Provisões	96.266	77.392	614.884	788.542
Depósitos judiciais	(240.650)	(18.343)	(92.921)	(351.914)
31/12/2021				
Provisões	62.734	79.355	591.445	733.534
Depósitos judiciais	(226.727)	(25.742)	(113.215)	(365.684)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue:

a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Provisões – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As causas judiciais equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$1.229.593 (31/12/2021 – R\$1.199.741), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

- g) CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$234.055 (2021 - R\$226.682): decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- h) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$419.287 (2021 – R\$386.277): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- i) IR e CS 2016 - R\$112.528 (2021 - R\$ 110.194): Dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;
- j) PIS e COFINS – R\$127.121 (2021 - R\$102.106): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- k) INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$31.635 (2021 – R\$32.522): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- l) SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$31.742 (2021 - R\$29.043): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as

Notas Explicativas



Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) **Provisões Trabalhistas** – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As causas judiciais têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 30 de junho de 2022, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota.

(iii) **Provisões Cíveis** - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$866.150 (31/12/2021 – R\$737.095), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O Grupo apura separadamente, em cada semestre, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda (i)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (i)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	20,00%

(i) Vide nota 2.15

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias.

Os valores de compensação são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo de imposto diferido:		
A ser recuperado em até 12 meses	335.997	602.159
A ser recuperado depois de 12 meses	2.584.321	2.366.011
Total de ativo de imposto diferido (i)	2.920.318	2.968.170
Passivo de imposto diferido:		
A ser liquidado em até 12 meses	183.659	105.680
Total de passivo de imposto diferido	183.659	105.680
Ativo de imposto diferido líquido	2.736.659	2.862.490

Notas Explicativas



(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	2.429.614	2.230.527
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	738.767	757.362
Contribuição social - MP 2.158/35	547	547
Ajuste valor de mercado no patrimônio	62.454	301.082
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(311.064)	(321.348)
Total de ativo de imposto diferido	2.920.318	2.968.170

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de junho de 2022 esses saldos têm as seguintes características:

- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	547	2.230.527	757.362	301.082	(321.348)	2.968.170
Constituição		372.443	(1.038)	84.973	10.284	466.662
(Reversão/ Utilização)		(173.356)	(17.557)	(323.601)		(514.514)
Saldo final em 30 de junho de 2022	547	2.429.614	738.767	62.454	(311.064)	2.920.318

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	547	1.949.171	778.766	17.155	(378.595)	2.367.044
Constituição		654.495	(2.257)	301.082	57.247	1.010.567
(Reversão/ Utilização)		(373.139)	(19.148)	(17.155)		(409.442)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	547	2.230.527	757.362	301.082	(321.348)	2.968.170

Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de "Outros".

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	30/06/2022		30/06/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	(132.675)	(132.675)	86.539	86.539
Juros sobre capital próprio	(106.500)	(106.500)	(92.451)	(92.451)
Participações estatutárias	(20.159)	(20.159)	(38.443)	(38.443)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial			(30.870)	(30.870)
Variação cambial de investimento no exterior			4.960	4.960
Inovação tecnológica - Lei 11.196/05 (i)	(49.299)	(49.299)	(28.274)	(28.274)
Outros	(4.151)	(4.151)	(24.654)	(30.500)
Base de cálculo	(312.784)	(312.784)	(123.193)	(129.039)
Alíquota base	46.917	62.558	(18.479)	(25.807)
Alíquota adicional	31.278		(12.319)	
Despesa (Receita) com Imposto de Renda e Contribuição Social	78.195	62.558	(30.798)	(25.807)

(i) Lei nº 11.196/2005, art.17, inciso I.

Notas Explicativas



21. Outros passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações de operações de seguros	828.080	697.344
Provisão para pagamentos a efetuar	286.027	199.634
Credores diversos	479.906	553.274
Total – Circulante	1.594.013	1.450.252
Circulante	1.123.153	935.946
Não Circulante	470.860	514.306

22. Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nesta mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em comunicado ao mercado em 31 de março de 2022, o Banco anunciou encerramento do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de março de 2021, as ações recompradas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração baseada em ações a executivos e demais beneficiários de planos de incentivos de longo prazo do Banco.

Notas Explicativas



Ações em tesouraria				
	Ações em tesouraria 31/12/2021	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Ações em tesouraria 30/06/2022
Quantidade	51.107	1.554.000	(1.402.575)	202.532
Saldo em milhares de reais	(254)	(5.144)	4.936	(462)

Movimentação na quantidade ações		
	31/12/2021	30/06/2022
Ordinária	372.696.198	372.696.198
Preferencial	210.536.213	210.536.213
Saldo	583.232.411	583.232.411

Quantidade de ações em circulação (i)			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2021	1.251.558	101.526.675	102.778.233
Variação em ações em tesouraria		(151.425)	(151.425)
Variação das ações detidas por controladores e administradores	21.237	(475.748)	(454.511)
Em 30/06/2022	1.272.795	100.899.502	102.172.297

- (ii) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

(b) Outros Resultados Abrangentes

Em junho de 2022 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor positivo de R\$372.527 (30/06/2021 – negativo em R\$111.314). O saldo em 30/06/2022 é negativo em R\$76.333 (30/06/2021 – negativo em R\$130.156). Em junho de 2022 a variação refere-se principalmente reclassificação da marcação a mercado de Instrumentos Financeiros (vide nota 2.7.1 (a)) e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	30/06/2022	31/12/2021
Reserva de Lucros		
Legal	132.284	127.287
Incentivos fiscais	5.894	5.894
Estatutária	383.379	394.763
Total	521.557	527.944

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do semestre e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada semestre, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Notas Explicativas



Em 30 de junho de 2022 foi provisionado o montante de R\$106.500 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em ata.

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos semestres.

23. Lucro por ação**(a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o semestre. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

Lucro por ação

	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	(699)	6.588	88.990	142.642
Quantidade média ponderada de ações emitidas	583.120.382	583.120.382	585.576.329	585.576.329
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	(0,0012)	0,0113	0,1520	0,2436

24. Resultado**(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares**

Apresentamos a seguir a composição das receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares:

	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Receita de juros e rendimentos similares	1.579.760	2.938.100	1.066.054	2.135.446
Juros sobre operações de crédito	1.302.648	2.380.474	889.972	1.830.524
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	14.887	15.966	331	1.236
Juros de outros ativos financeiros	330.698	545.225	179.717	323.812
Marcação a mercado de outros ativos financeiros	(68.473)	(3.565)	(3.966)	(20.126)
Despesa de juros e encargos similares	(790.334)	(1.776.385)	(534.875)	(795.972)
Captação no mercado	(157.048)	(613.395)	(225.058)	(222.943)
Empréstimos e repasses	(15.993)	(29.497)	(5.064)	(8.987)
Depósitos a prazo	(617.293)	(1.133.493)	(304.753)	(564.042)
Total	789.426	1.161.715	531.179	1.339.474

Notas Explicativas

**(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros**

	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	43.926	(94.647)	(52.431)	20.886
Resultado de operações com futuro	(47.544)	473.850	240.930	86.231
Total	(3.618)	379.203	188.499	107.117

(c) Despesas gerais e administrativas

	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Salários e encargos sociais	(95.216)	(187.224)	(55.400)	(131.380)
Benefícios	(22.913)	(46.402)	(52.969)	(68.929)
Treinamento	(309)	(1.064)	(276)	(811)
Depreciação e amortização (i)	(22.744)	(43.651)	(12.300)	(61.753)
Marketing	(33.145)	(60.739)	(44.848)	(72.637)
Promoções e relações públicas	(7.815)	(8.048)	(125)	(305)
Comunicações	(5.901)	(10.467)	(13.182)	(27.865)
Processamento de dados	(47.999)	(94.288)	(37.851)	(76.139)
Seguros	(1.146)	(2.811)	(1.241)	(3.093)
Serviços de terceiros	(38.205)	(72.842)	(33.236)	(66.339)
Serviços técnicos especializados	(84.679)	(160.589)	(69.179)	(129.624)
Materiais diversos	(697)	(1.261)	(631)	(1.245)
Taxas e emolumentos bancários	(4.986)	(10.026)	(4.969)	(10.025)
Transportes	(1.978)	(3.259)	(1.635)	(3.125)
Viagens	(4.660)	(7.800)	(1.398)	(3.673)
Despesa com operações de arrendamento	(7.300)	(15.220)	(15.359)	(17.618)
Outras despesas administrativas	(20.215)	(38.444)	(2.995)	(17.124)
Total	(399.908)	(764.135)	(347.594)	(691.685)

(i) Em junho de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

(d) Despesas tributárias

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o saldo total de despesas tributárias foi de R\$101.024 (2021 – R\$80.736). Este valor refere-se basicamente a despesas de PIS (Programa de Integração Social) no montante de R\$38.957 (2021 – R\$10.863) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$48.740 (2021 – R\$65.087).

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	3.315	5.330	4.277	8.437
Variação monetária e cambial (líquida)			798	928
Receita com operações de seguro	43.599	79.128	30.441	60.473
Ganho de Participação Societária (nota 28)				
(d))	9.965	19.930		
Atualização de impostos a compensar	3.775	6.895	3.236	3.887
Participação sobre prêmios emitidos	23.273	26.273		3.000
Receitas com franquias	1.777	2.022	2.510	5.527
Outras	355	718	1.429	3.847
Total	86.059	140.296	42.691	86.099

Notas Explicativas



	2º trimestre 2022	1º semestre 2022	2º trimestre 2021	1º semestre 2021
Outras despesas operacionais				
Variação monetária e cambial (líquida)	(4.511)	(5.777)		
Despesas de cobranças	(3.433)	(6.863)	(4.469)	(8.460)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(24.992)	(48.808)	(23.132)	(46.040)
Despesas de provisões operacionais (i)	(129.733)	(244.296)	(148.232)	(261.538)
Outras	(50.417)	(93.193)	(6.032)	(37.126)
Total	(213.086)	(398.937)	(181.865)	(353.164)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(127.027)	(258.641)	(139.174)	(267.065)

(i) Na rubrica “Despesa de provisões operacionais” está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

25. Receitas de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$64.723 (2021 – R\$44.490). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$11.634 (2021 – R\$7.051) e receita com intercâmbio de cartões R\$27.929 (2021 – R\$17.878).

26. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 30 de junho de 2022 e 2021 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido BRGAAP	99.934	151.289
Constituição da reserva legal (5%)	(4.997)	(7.564)
Base de cálculo dos dividendos	94.937	143.725
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	23.734	35.931

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada semestre, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas



27. Transações com partes relacionadas

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30/06/2022	30/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.383.352	1.230.648	23.859	11.448
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros				
Cartões Consignados II	1.172.709	1.326.271	82.346	30.990
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	4.478	4.222		
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	7.501	22.275	1.136	572
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	11.801	6.561		
Banco BCV S.A.	19.523	10.886		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	17.616	10.179		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	447	313		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.	89	179		
Banco BCV S.A.	43	1.813		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.		71		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil		(192)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(2.794)	(123)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(12)	(925)		
Help Franchising	(856)	(1.309)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(1.162)	(5)		
ME Promotora de Vendas Ltda.	(974)	(2.857)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(23)	(333)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(89)	(192)		
Cmg Corretora De Seguros	(120)	(187)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(540)	(540)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(1.108.116)	(1.043.729)	(64.714)	(15.474)
Banco Cifra S.A.	(680.392)	(644.112)	(39.362)	(9.704)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(923.943)	(887.679)	(53.233)	(12.995)
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(7.343)	(9.529)	(481)	(147)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.575)	(6.608)	(266)	(60)
Help Franchising	(10.524)	(11.135)	(484)	(155)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(9.575)	(9.123)	(523)	(88)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(502.340)	(291.755)	(24.802)	(7.852)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(407)	(385)	(22)	(4)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(8.753)	(15.109)	(746)	(289)
Cmg Corretora De Seguros	(8.196)	(7.364)	(772)	(109)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(227.503)	(435.606)	(17.019)	(7.670)
Outras obrigações				
Banco BCV S.A.	(6)	(426)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(618)	(454)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(185)	(567)		

Notas Explicativas

**(b) Benefícios de curto prazo a administradores**

	2022	2021
Remuneração	23.661	19.549
Contribuição INSS	5.324	4.399
Total	28.985	23.948

(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia "BMGB4", como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis ("*Performance Shares Units*" ou "PSU"), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 "Pagamento Baseado em Ações" e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no semestre findo em junho de 2022 o montante de R\$4.936 a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco Bmg estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo do Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido a disposição do Banco Central do Brasil.

(e) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Bmg:

	2022	
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Conselho de Administração	210.900.780	36,2%
Diretoria	1.252.690	0,2%
Outros	371.078.941	63,6%
Total	583.232.411	100%

	2021	
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Conselho de Administração	210.487.277	36,1%
Diretoria	388.577	0,1%
Outros	372.356.557	63,8%
Total	583.232.411	100%

Notas Explicativas



28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Grupo a clientes montam R\$255.533 (2020 – R\$254.584) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Outras Informações

(i) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(ii) Impactos da pandemia decorrente da COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia da COVID-19, o Grupo está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Grupo adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O cenário de incertezas causado pela Pandemia COVID-19 trouxe aumento nas perdas esperadas, para o qual tem-se mantido monitoramento contínuo. Em resposta, o Grupo constituiu, no exercício de 2020, uma provisão adicional no valor de R\$20.000 no estágio 1. Esta provisão foi calculada com base na análise dos potenciais efeitos macroeconômicos e levaram em consideração não somente indicadores quantitativos e qualitativos, mas também a adequada e acurada identificação dos riscos e uma avaliação coletiva das exposições.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perante a originação dos produtos.

Para clientes, o Grupo estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Volta pra Mim Farmácia - no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta – segue até o final de agosto. Além disso, o Grupo realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Banco adotou a prática do modelo híbrido de trabalho.

No âmbito social, o Grupo segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Grupo diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(c) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Notas Explicativas



Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativos aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras intermediárias ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 19(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(d) Ganho de capital na alienação de investimentos

Em junho de 2022, refere-se, basicamente, a parcela variável referente a venda das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$19.930, em junho de 2021, refere-se, basicamente, ao resultado pela venda de participação em controlada no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito.

(e) Eventos subsequentes

Em julho de 2022, conforme Comunicado ao Mercado, o Banco BMG passou a deter, indiretamente, 21,99% do capital social votante da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. ("O2OBOTS") por meio da CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

Notas Explicativas

**ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelas normas em IFRS, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das demonstrações financeiras intermediárias Consolidadas do Banco e preparada de acordo com as normas em IFRS.

	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
1 – Receitas	2.881.232	1.912.016
Intermediação financeira	3.317.303	2.242.563
Prestação de serviços	64.723	44.490
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(725.970)	(483.305)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	87.031	76.194
Outras receitas operacionais	140.296	9.753
Não operacionais	(2.151)	22.321
2 – Despesas	2.154.771	1.072.790
Despesas da intermediação financeira	1.776.385	795.972
Outras despesas operacionais	398.937	276.818
Não operacionais	(20.551)	
3 – Insumos adquiridos de terceiros	470.574	411.193
Materiais, energia e outros	50.316	25.134
Serviços de terceiros	72.842	66.339
Outros	347.416	319.720
Comunicação	10.467	27.865
Propaganda, promoções e publicidade	68.787	72.942
Processamento de dados	94.288	76.139
Serviços técnicos especializados	160.589	129.624
Taxas e emolumentos bancários	10.026	10.025
Transporte	3.259	3.125
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	255.887	428.033
5 – Depreciação e amortização	43.651	61.753
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	212.236	366.280
7 – Valor adicionado recebido em transferência	6.023	19.734
Resultado de equivalência patrimonial	6.023	19.734
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	218.259	386.014
9 – Distribuição do valor adicionado	218.259	386.014
9.1 Pessoal	234.690	201.122
Remuneração direta	129.855	94.064
Benefícios	47.466	69.740
Encargos Sociais	57.369	37.318
9.2 Impostos, contribuições e taxas	(39.729)	24.130
Federais	(44.322)	19.868
Estaduais	231	137
Municipais	4.362	4.125
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	15.220	17.618
Operações de arrendamento	15.220	17.618
9.4 Remuneração de capitais próprios	8.078	143.144
Lucros retidos do semestre	6.588	142.642
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.490	502

Notas Explicativas



* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Finanças, Riscos e Compliance)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Silvio Cesar Ferreira
CRC - 1SP185135/O-0
(Contador Responsável)

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



GUIDANCE

Projeções 2022

As entregas do primeiro semestre de 2022 vieram em linha com o range esperado. Com isso, mantemos inalterados os intervalos de cada indicador da Projeção de 2022:

	Projeções 2022	Realizado 1S22
Financeiro – R\$ Milhões		
Crescimento da carteira de crédito total	17% ↔ 21%	↑
Margem financeira ¹	4.285 ↔ 4.585	→
Custo de crédito – despesa de PDD líquida	(855) ↔ (955)	→
Custo de crédito – comissões	(880) ↔ (980)	→
Despesas não decorrentes de juros ²	(2.250) ↔ (2.350)	→
↳ Provisão operacional ³	(475) ↔ (545)	→
Resultado das investidas	70 ↔ 90	→
Alíquota efetiva de IR/CSLL ^{4 5}	7% ↔ 17%	→

O cenário base para cada uma das linhas é o centro da faixa. Valores do Realizado de 2021 e das Projeções de 2022 com base na DRE Gerencial.

| 1. Produto bancário: Inclui receita de operações de crédito e TVM + despesas de captação e derivativos + receita de prestação de serviços | 2. Inclui despesa de pessoal + administrativa + tributária + operacional líquida | 3. Inclui provisões com ações cíveis massificado, cível estratégico, trabalhista e fiscal | 4. Metodologia de cálculo: Imposto de renda + contribuição social + ativo fiscal diferido / Resultado antes da tributação sobre o lucro + participações no lucro. | 5. Está sendo considerada uma expectativa de receita de imposto e contribuição social.

Perspectivas 2023

Ainda, visando permitir uma visão de médio prazo do Banco, reafirmamos as perspectivas dos indicadores financeiros para o ano de 2023.

Financeiro		
Crescimento da carteira de crédito total (CAGR dez/20-dez/23)	>15%	Mantida
Margem financeira após custo do crédito ¹ (CAGR 2021-2023)	>12,5%	Mantida
Receitas não decorrentes de juros (% da margem financeira após o custo do crédito)	aprox. 7%	Mantida
Índice de Eficiência ² (%)	<50%	Mantida
Resultado das investidas (R\$ Milhões)	aprox. 70	Mantida
ROAE Recorrente (% a.a.)	>15%	Mantida

Valores das Perspectivas 2023 com base na DRE Gerencial.

1. margem financeira de juros após despesa de provisão líquida de recuperação e despesas de comissões de agentes + receitas de prestação de serviços | 2. Índice de eficiência: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Resultado da Intermediação financeira antes da PDD + Receitas de Prestação de Serviços + Despesas Tributárias)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco BMG S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 28(c), em 2020, em função de medida de busca e apreensão em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o Conselho de Administração do Grupo Financeiro BMG constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos, e como resultado, não foram encontrados elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras do Banco. Nosso relatório não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Aos administradores e acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco BMG S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Conforme mencionado na nota 28 (d), em 2020, em função de medida de busca e apreensão em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o Conselho de Administração do Grupo Financeiro BMG constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos, e como resultado, não foram encontrados elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras do Banco. Nosso relatório não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o parecer sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no período.

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no período.

São Paulo, 11 de agosto de 2022

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Flávio de Sousa Franco
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco BMG

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Resolução CMN nº 4.910/2021, Instrução CVM nº 308/99 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do BMG e por seu Regimento Interno.

Atividades Exercidas no Período

O Comitê de Auditoria realizou, no primeiro semestre de 2022, 06 (seis) reuniões ordinárias, todas previstas no seu plano de trabalho. Adicionalmente, foram realizadas outras 03 (três) reuniões neste segundo semestre de 2022 para avaliação final das demonstrações contábeis da data-base de 30/06/2022, dentre outros assuntos, tendo sido a última em conjunto com o Conselho de Administração, nesta data. Contamos sempre com a presença de dois conselheiros, também membros do Comitê de Auditoria, assim como do Sr. Presidente da Instituição e do Sr. Diretor de Auditoria Interna.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

No primeiro semestre de 2022 o BMG continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecimento do processo de Governança Corporativa. O Comitê acompanhou os trabalhos das áreas contábil, de gerenciamento de riscos e de capital, de Controles Internos e Compliance, o atendimento às demandas do Banco Central do Brasil, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna e da Ouvidoria, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes, assim como das contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, além do ranking de reclamações expedido pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê de Auditoria, com base nesse conjunto de informações e em suas próprias averiguações e reuniões, avalia como efetivos os Controles Internos do BMG, entendendo que os esforços empreendidos nos últimos semestres e os em andamento vêm contribuindo, efetivamente, para fortalecer o processo de governança, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria, além de discutir e aprovar a formulação dos planos de trabalho da área, recebeu todos os relatórios dos trabalhos realizados, com monitoramento da implementação de planos de ação recomendados, manteve reuniões com a área e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o seu nível de independência, além do atendimento aos princípios de diligência, integridade e ética profissional.

Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representem de forma adequada, nos seus aspectos relevantes, a sua efetiva situação econômica e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê discutiu com os auditores externos o planejamento dos seus trabalhos e as suas principais conclusões, considerando-os adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Ouvidoria

O Comitê de Auditoria acompanha os trabalhos da Ouvidoria em consonância com a regulamentação vigente. O Comitê entende que o BMG vem envidando permanentes esforços no sentido de manter estrutura da Ouvidoria adequada ao porte e complexidade de suas operações e ao nível de demanda dos seus clientes.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras em BRGAAP e IFRS, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data-base de 30/06/2022, tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, estando as mesmas alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, adequadamente, a situação econômica e financeira da Instituição.

Conclusões

O Comitê de Auditoria não recebeu, neste período, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BMG relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 11 de agosto de 2022.

Dorival Dourado Jr

Manuela Vaz Artigas

Paulo Augusto de Andrade (Presidente e Membro Especialista)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 11 de agosto de 2022.

Diretores,

Carlos Andre Hermesindo da Silva

Flávio Pentagna Guimarães Neto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 11 de agosto de 2022.

Diretores,

Carlos Andre Hermesindo da Silva

Flávio Pentagna Guimarães Neto